

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO DE SELVÍRIA



ETAPA III – PLANO BASE



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul



Alto Uruguai
Soluções Ambientais

www.altouruguai.eng.br
contato@altouruguai.eng.br



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Reinaldo Azambuja Silva

Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Roseane Modesto de Oliveira

Vice-governadora do Estado de Mato Grosso do Sul

Maria do Carmo Avesani Lopez

Secretária de Estado de Habitação

Maria do Carmo Avesani Lopez

Diretora Presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul

Jaime Soares Ferreira

Prefeito Municipal de Selvíria



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



EQUIPE TÉCNICA

Superintendência Estadual das Cidades

Maria Teresa Rojas Soto Palermo
Adriana Maria Puga de Campos
Carlos Augusto Marques
Cynara Leite Okuhira
Rafael AlmeidaCastro
Sônia Barbosa Lopes

Comissão Estadual de Acompanhamento e Aprovação

Maria Teresa Rojas Soto Palermo
Adriana Maria Puga de Campos
Ana Claudia Malheiros Berigo
Carlos Augusto Marques
Cynara Leite Okuhira
Maria Amélia Nantes
Rafael Almeida Castro
Sônia Barbosa Lopes

Coordenação Municipal do Plano Diretor Participativo:

Adilson Silva Bahia
Ailton Vargas Rodrigues
Alana Pereira Diogo da Silva
Antônio José de Carvalho
Aparecida Ferreira de Oliveira
Daniela Martha Rondão
Dimas Dias Silva
Elizabeth Vagaes
Hércules Flávio Barboza
José Antônio de Souza Junior
José Maurício Guitti Tonzar
Marcel Soares Ferreira Garcia
Ozias Borges
Raimundo Pinheiro Bastos Filho
Reinaldo Mendonça Costa
Valticinez Alberto dos Santos
Washington Luiz Santos



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Equipe Técnica da Consultoria



Alto Uruguai
Soluções Ambientais

EMPRESA ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - ME

CNPJ: 19.338.878.0001-60
www.altouruguai.eng.br

Escritório Concórdia - SC
Rua Dr. Maruri n. 1427
CEP 89.700-000

Escritório Campo Grande - MS
Rua Dr. Arthur Jorge, 1602
Monte Castelo – (67) 3253-5177

EQUIPE TÉCNICA

Robson Ricardo Resende
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA - SC099639-2
Coordenador Geral

Osmani J. Vicente Jr.
Arquiteto e Urbanista - Especialista em Gestão Ambiental em Municípios
CAU A23196-7
Coordenador Técnico do PDP

Maycon Pedott
Engenheiro ambiental
CREA SC – 114899-9

Marcos Roberto Borsatti
Engenheiro Ambiental
CREA SC – 116226-6

Ediane Mari Biase
Assistente Social
CRESS/SC 003854

Roberto Kurtz Pereira
Advogado
OAB/SC 22.519





AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Isabel Cristina de Oliveira
Administradora
CRA/SC 26723





AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



EQUIPE DE APOIO

Denise de Luca

Geógrafa e Analista em Planejamento Territorial

Lais Caroline B. de Almeida

Analista em Planejamento Territorial

Luciano Martins Delboni

Analista Ambiental

Mariane Delamare Afonso

Arquiteta e Urbanista
CAU/MS 15.7596-1

Matheus dos Santos Cabral

Analista em Planejamento Territorial

Murilo Henrique Rodrigues Martins

Analista Ambiental

Thalita Andrekowisk Pereira

Arquiteta e Urbanista
CAU/MS 14.8884-8

Rafael Remotto Menezes

Engenheiro Ambiental
CREA/SP 5.063.887.557



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
INSTRUMENTOS DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	13
METODOLOGIA	14
SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	15
SISTEMÁTICA CDP	16
ELEMENTOS DO PLANO BASE	18
1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	19
2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	20
3 INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL	21
4 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	23
5 ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	24
6 MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	25
7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	26
7.1 SAÚDE.....	26
7.2 EDUCAÇÃO.....	27
7.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL	27
7.4 SEGURANÇA PÚBLICA.....	28
7.5 DEFESA CIVIL.....	28
8 FORTALECIMENTO DA CULTURA	29
9 GESTÃO DEMOCRÁTICA	30
ORDENAMENTO TERRITORIAL – DEFINIÇÃO E DEMARCAÇÃO DA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) E PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO SEDE.....	32
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
ANEXOS	34



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perímetro Urbano e Zona Especial de Interesse Social do Distrito Sede Selvíria..... 32



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	16
Tabela 2 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Econômico	19
Tabela 3 – Diretrizes e Instrumentos - Sustentabilidade Ambiental	20
Tabela 4 – Diretrizes e Instrumentos - Infraestrutura e Saneamento Ambiental	22
Tabela 5 – Diretrizes e Instrumentos - Habitação de Interesse Social	23
Tabela 6 – Diretrizes e Instrumentos - Ordenamento Territorial.....	24
Tabela 7 – Diretrizes e Instrumentos - Mobilidade, Trânsito e Transporte	25
Tabela 8 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Saúde	26
Tabela 9 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Educação	27
Tabela 10 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Assistência Social	27
Tabela 11 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Segurança Pública	28
Tabela 12 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Defesa Civil	28
Tabela 13 – Diretrizes e Instrumentos - Fortalecimento da Cultura	29
Tabela 14 – Diretrizes e Instrumentos - Gestão Democrática	31



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Ações Estratégicas para os nove temas prioritários.....	34
Anexo 2 – Apresentação do Plano Base	37
Anexo 3 – Lista de Presença da Apresentação do Plano Base	54
Anexo 4 – Fotos da Apresentação do Plano Base	57
Anexo 5 – Ata da Apresentação do Plano Base	58



INTRODUÇÃO

O Plano Base apresenta diretrizes, estratégias e instrumentos com o objetivo objetivo sanar problemas identificados através da análise da realidade do município. Os temas prioritários para essa análise baseiam-se nos princípios gerais definidos na Constituição Federal e Estatuto da Cidade, sendo que para a elaboração deste trabalho foram empregadas nove vertentes:

- Desenvolvimento Econômico;
- Sustentabilidade Ambiental;
- Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Habitação de Interesse Social;
- Ordenamento Territorial;
- Mobilidade, Trânsito e Transporte;
- Desenvolvimento Social;
- Fortalecimento da Cultura;
- Gestão Democrática.

Em cada vertente, as diretrizes e estratégias necessárias para atender aos objetivos do Plano Diretor Participativo foram apresentadas e divididas em curto (até três anos), médio (até seis anos) e longo prazo (até dez anos).

A fundamentação legal do presente trabalho foi baseada pelo Estatuto da Cidade, que aponta os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor, que são:

- Função social da propriedade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Funções sociais da cidade;
- Igualdade e justiça social;
- Participação popular.

Ainda no Estatuto da Cidade, seu Artigo 2º apresenta as diretrizes gerais da política urbana, também utilizadas como base para a elaboração do Plano Base, sendo elas:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura



urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações;

- Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou usos excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; e a deterioração das áreas urbanizadas;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação considerados a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Assim sendo, o Plano Diretor Participativo deverá contemplar as diretrizes e estratégias da seguinte forma:

- Diretrizes: são indicações da direção que o desenvolvimento sustentável do município pode seguir; revelam os objetivos gerais a serem alcançados a fim de promover as funções sociais da cidade e o desenvolvimento tanto urbano como rural;
- Instrumentos: referentes à elaboração ou implementação de instrumentos que redundarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro; são as realizações (programas, projetos, organizações, obras, etc.) planejadas em curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas.

Seguem, portanto, as diretrizes gerais e as estratégias nelas baseadas para Selvíria desenvolvidas pela Comissão Técnica de Acompanhamento, Coordenação Municipal do Plano Diretor Participativo, munícipes e Equipe Técnica da



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Consultoria segundo cada uma das vertentes da Política de Desenvolvimento Municipal.

O levantamento participativo para a consolidação das diretrizes e estratégias aqui descritas contou com a divulgação do Plano Diretor Participativo por meio da Primeira Audiência Pública, que permitiu a Leitura Comunitária através de questionários aplicados para a população, e também através da Leitura Técnica, proporcionada com as constantes discussões e debates propostos em reuniões com a Comissão de Acompanhamento e Coordenação Municipal do Plano Diretor Participativo.



INSTRUMENTOS DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

O Estatuto da Cidade detalha seus principais instrumentos, sendo que alguns têm validade somente se estiverem inclusos no PDP. Já outros instrumentos devem ser objetos de lei específica, baseada no PDP.

Com base no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 art. 4º – Das Diretrizes), no PDP devem conter os instrumentos que permitem a implantação das políticas urbanas de forma operacional.

Os instrumentos mencionados, conforme os artigos 25, 28, 29, 32 e 35, são:

- Direito de preempção;
- Outorga onerosa do direito de construir;
- Operações urbanas consorciadas;
- Transferência do direito de construir.

Os municípios podem definir novos instrumentos de acordo com peculiaridades locais. No entanto, para a utilização de alguns instrumentos, bem como para o "Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios" e, ainda, para permitir alteração do uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, é necessário que haja delimitação, no PDP, das áreas onde serão utilizados.



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza as informações contidas na primeira etapa do PDP, chamada “Diagnóstico”, que apresenta uma “radiografia” de Selvíria.

O Diagnóstico forneceu importantes subsídios para a construção desta versão preliminar, que visa apresentar propostas de planejamento físico, territoriais, socioeconômicas, culturais e de preservação do meio ambiente para assegurar melhores condições de vida à população, além de indicar caminhos alternativos para a construção de uma cidade cada vez mais desenvolvida.

A Síntese do Diagnóstico foi organizada considerando-se os temas relevantes, sendo que as propostas foram estruturadas em nove Eixos Estratégicos contendo os aspectos relevantes identificados no município, contendo as diretrizes/objetivos, bem como as estratégias/instrumentos, sendo também definidos o Perímetro Urbano do Município e a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.

As propostas elaboradas foram apresentadas e discutidas em Audiência Pública, realizada no dia 08 de dezembro de 2014 em Selvíria.



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

A metodologia adotada da síntese do diagnóstico foi a sistematização da Avaliação Temática Integrada - CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), desenvolvida na Alemanha, aferida em diversos países e adotada como padrão pelos organismos das Nações Unidas.

A Sistemática CDP aplicada na elaboração do Plano Diretor Participativo apresenta, basicamente, um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultantes de pesquisas e levantamentos, proporcionando apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação atual da cidade.

Na adoção da metodologia CDP, os dados levantados serão classificados em três categorias:

- CONDICIONANTES;
- DEFICIÊNCIAS;
- POTENCIALIDADES.



SISTEMÁTICA CDP

Tabela 1 – Síntese das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Aspectos	C	D	P	Fatores
Regionais				A região apresenta grande potencial turístico
				Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira
				Proximidade com o município polo – Três Lagoas (82 km)
				Dependência intermunicipal
Ambientais				Relevo tabular
				Poucos remanescentes florestais
				Poucas áreas verdes urbanas
				Ausência de projeto de urbanização
				Ausência de áreas de lazer
				Criação de comissão para implantação do Parque Interestadual
Socioeconômicos				Baixo crescimento populacional
				Baixa densidade demográfica
				Índice de GINI diminuiu, o que significa menos desigualdade
				Atividade agroflorestal
				Falta de incentivos para o turismo
				Falta de Plano de Turismo
				Baixa representatividade do comércio
				Diminuição da população economicamente ativa
				Aumento do IDHM, sobretudo IDHM Educação
				Serviços – maior PIB
				Crescimento da renda per capita
				Potencial de geração de renda com o turismo
				Baixo nível de desemprego
				Parceria com indústrias e comércios
			Construção de novas moradias	
			Falta de planejamento para geração de emprego e renda	
Socioespaciais				Malha urbana regular
				55% da ocupação das terras por pastagem
				Problemas com vazios urbanos
				Problema com o déficit habitacional
				Aluguéis aumentaram o valor
				Dificuldade com questões de licenciamento de terrenos
				Associação de assentamentos
				Legalização dos lotes no Bairro Véstia
			Desapropriação de imóveis abandonados	
Infraestrutura				Cobertura de atendimento por rede de abastecimento de água de 75,6%
				Inexistência esgotamento sanitário, utilização de fossas rudimentares e sistemas inadequados de destinação do esgoto
				Inexistência do aterro sanitário
				Falta de coleta seletiva, gerenciamento e destinação dos resíduos
				Boa parte das vias urbanas não são pavimentadas
			Deficiência em alguns passeios	



			Apenas 60% do município é atendido por iluminação pública
			Cemitério municipal necessita de readequação
			Busca de recursos para asfaltamento
			Melhoria das estradas rurais
			“Apressar” a SANESUL nos projetos para o município
			Implementar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos
			Construção de pista de caminhada
			Implantação de transporte coletivo
Serviços Públicos			Existência de equipamentos de saúde
			Falta de estrutura escolar
			Aumento das matrículas na Educação de Jovens e Adultos
			Centro de especialidades médicas, aguardando funcionamento
			Projetos de Assistência Social
			Núcleo de assistência social do Bairro Véstia necessita de reformas
			Município necessita de mais uma escola municipal
			Reforma da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Nelson Duarte Rocha
			Reforma da Escola Estadual Ana Maria de Souza
			Dificuldade financeira para contratação de médico plantonista e suprir outras demandas de saúde
			Falta de incentivos para a população praticar esportes
			Necessidade de instação de um centro de cultura
			Reforma e ampliação do Ginásio Municipal
			Falta de brigada de incêndio
			Instação de uma creche no Bairro Véstia
			Construção de escola no Bairro Vitória
		Construção de anfiteatro com capacidade para, no mínimo, mil pessoas	
Institucional			Efetivar a comissão fiscalizadora de tributos
			Baixo poder aquisitivo para melhorar a arrecadação municipal
			Carência no corpo técnico para os setores relacionados ao planejamento urbano
			Baixa arrecadação de ICMS por atividades terciárias (comércio e serviços)
			Falta de estrutura na área tributárias (Lei de impostos)
			Crescimento da arrecadação de IPTU
			Crescimento da arrecadação de ITBI
		Maior arrecadação de ICMS é da pecuária	



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



ELEMENTOS DO PLANO BASE

Pelo texto da Constituição Federal de 1988, o PDP é o instrumento básico da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano (artigo 182, parágrafo primeiro).

Pela Constituição Estadual, art. 214, o Plano Diretor deve ser feito por todos os municípios. A meta do governo do Estado é que todos os 79 municípios tenham os seus PDPs efetivamente elaborados e instituídos.

De acordo com o Estatuto da Cidade – Lei nº 10257/2001, deve-se: “Fazer, votar e colocar o PDP em prática”.

Pautados nesses princípios, para a elaboração deste Plano-Base, foram observadas as recomendações do Termo de Referência e a orientação do Guia do Ministério das Cidades, sendo que as propostas contêm:

- **Diretrizes/Objetivos:** representam o conjunto de propósitos para orientar as ações intencionais que se transformarão em planos, programas e projetos, cujos objetivos devem ser alcançados em até dez anos;
- **Estratégias/Instrumentos:** representam o conjunto de ferramentas que podem e devem ser utilizadas para que as diretrizes sejam efetivadas no município. Corresponde ao futuro onde prevermos um futuro possível e desejável, em um ambiente para o qual se desenvolvem o planejamento, as diretrizes, as estratégias, as metas, os investimentos e procedimentos de caráter político-institucional, considerados fundamentais para se alcançar o planejado em um prazo de até dez anos.



1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As principais atividades econômicas do município de Selvíria são a agrofloresta e a pecuária. A empresa Eldorado, do ramo de celulose, emprega cerca de 423 pessoas atualmente. É necessário desenvolver outras atividades econômicas, como é indicado no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bolsão, evitando a dependência da produção de eucaliptos, por exemplo, visto que muitas empresas agroflorestais, principalmente de celulose, acabam migrando para outras localidades após a exploração no município, deixando um solo debilitado e desestabilizando a economia municipal. No setor da agropecuária se destaca, em 2011, a produção de cana-de-açúcar, seguida de soja, mandioca e milho.

O desenvolvimento econômico do município depende de algumas ações e atitudes que vão ao encontro com os anseios da comunidade, no sentido de propiciar aos mesmos um padrão de vida melhor, mais digno e, acima de tudo, mais humano. Desta forma, as diretrizes e estratégias, nesta vertente, contemplam ações para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia (emprego, renda e geração de receitas).

Tabela 2 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Econômico

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Estabelecer mecanismos que possibilitem o desenvolvimento das vocações e potencialidades que deverão ser exploradas sustentavelmente nos diversos seguimentos econômicos	1.1	Aplicação do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bolsão			
2	Fortalecer e dinamizar a busca da sustentabilidade agrícola, tornando-a mais diversificada, rentável e competitiva. Apoiar e incentivar os pequenos ou médios produtores	2.1	Criar/incentivar instituições para pequenos e médios produtores rurais			
		2.2	Buscar incentivos do governo estadual para crédito agrícola aos pequenos produtores			
	2.3	Promoção de feiras e exposições destinados aos produtos agrícolas locais				
3	Promover a capacitação para atender as necessidades do mercado local	3.1	Buscar parceria com governo estadual para programas de capacitação da população economicamente ativa			

2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O meio ambiente é elemento fundamental do sistema do planejamento e desenvolvimento sustentável do município, inclusive da área rural. A garantia do direito de cidades sustentáveis faz referência à formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 21.

Selvíria não dispõe de Unidade de Conservação ou Área de Proteção Ambiental. Sua cobertura vegetal predominante é a pastagem plantada, e em menores proporções, se distribuem várzeas e reflorestamento.

O município não possui cobertura vegetal satisfatória na área urbana e não há planejamento e padronização para o plantio de mudas, acarretando na danificação de calçadas e conflitos com a fiação elétrica na área urbana.

Tabela 3 – Diretrizes e Instrumentos - Sustentabilidade Ambiental

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Estabelecer instrumentos necessários ao exercício das funções de monitoramento das atividades que tem interferência no meio ambiente do município	1.1	Criar e garantir o Conselho e/ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal, buscando maior envolvimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica regional. Regularizar e normatizar ações ambientais			
2	Priorizar o plantio de mudas de árvores nativas e planejar o espaçamento entre as mesmas	2.1	Elaborar o Plano Municipal de Arborização Urbana. Com diagnóstico da situação atual e proposições para o planejamento e escolha das espécies			
3	Controlar os índices de queimadas e de outras práticas agressivas ao meio ambiente dentro do limite municipal	3.1	Prover estrutura adequada, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Infraestrutura, para estabelecer e gerir programas de controle das fontes de poluição ambiental/atmosférica, bem como elaborar relatórios periódicos das áreas ambientalmente frágeis			



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



3 INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Considerando a proteção e preservação ambiental, sabe-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de infraestrutura, de pavimentação e drenagem de diversos bairros, áreas degradadas pela destinação incorreta do lixo domiciliar, de resíduos de construção civil e a inexistência de esgoto em alguns domicílios são fatores que potencializam a degradação ambiental.

Em Selvíria não há sistema regular de coleta e tratamento de esgoto sanitário e, na maioria dos domicílios, é utilizada a fossa rudimentar.

O abastecimento de água alcança 75,6% da população de Selvíria. Nas propriedades rurais cada usuário capta a água, proveniente, principalmente, de poços existentes na propriedade, e não há nenhuma ação de análise de potabilidade da água por parte do poder público.

O sistema de drenagem de Selvíria possui poucas galerias, que estão divididas entre dois setores que não possuem interligação, sendo necessária sua execução. Para obtenção de recursos, é indispensável a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Cerca de 50% das vias urbanas não são pavimentadas e grande parte dos passeios públicos do município não dispõe de padronização, acessibilidade, e em muitas situações, não há calçamento.



Tabela 4 – Diretrizes e Instrumentos - Infraestrutura e Saneamento Ambiental

Nº	Cenário Desejado		Prazo			
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Aprimorar a gestão e o planejamento, garantindo o bom funcionamento e atendimento do saneamento básico, através de Política Nacional de Saneamento Básico	1.1	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Saneamento Básico			
3	Melhorar a coleta e a destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos	3.1	Criar e implementar o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos			
	Projetar e executar a construção de aterro sanitário, ou ainda, criar um consórcio intermunicipal com aterro sanitário					
4	Ampliar e manter os sistemas de drenagem superficial, as capacidades de escoamento e regularização de vazões dos rios, córregos e estruturas hidráulicas que compõem o sistema de drenagem, principalmente nos rios Pântano, Paraná e Sucuriú	4.1	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Saneamento Básico			
		4.2	Elaborar legislação específica como a Lei de Uso e Ocupação do Solo com índices urbanísticos que garantam que as novas construções no município respeitem recuos e taxa de permeabilidade dos lotes			
		5.2	Elaborar legislação específica para a taxa de IPTU progressivo e punir proprietários que descuidam de seus terrenos e/ou lotes			
6	Promover melhorias e fiscalização nos equipamentos de serviços funerários municipais e ampliar a capacidade de infraestrutura referente aos serviços	6.1	Elaborar programas específicos para realização de obras e serviços, visando à conservação, manutenção e melhoria do cemitério municipal			



4 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Para sanar o déficit habitacional de 271 unidades, as ocupações irregulares, clandestinas e a contenção de sua ploriferação é necessário estabelecer procedimentos para se garantir uma política habitacional eficiente. Para isso, são estabelecidos os instrumentos que auxiliarão o município na promoção de adequada política de habitação de interesse social, com ações que objetivam a diminuição do déficit habitacional quantitativo e qualitativo e de melhoria nas políticas de controle, arrecadação e destinação de recursos.

Tabela 5 – Diretrizes e Instrumentos - Habitação de Interesse Social

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Promover política adequada à habitação de interesse social	1.1	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Habitação Social			
		1.2	Garantir funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e de seu Conselho Gestor			

5 ORDENAMENTO TERRITORIAL

O Ordenamento Territorial é uma ferramenta de extrema importância para a gestão pública, visto que ele possibilita o desenvolvimento de um determinado território, levando em consideração sua distribuição atual de usos do solo, as densidades demográficas, a infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários, o controle e a preservação do meio ambiente e as diferentes regiões com suas características particulares. Sendo assim, cada região ou área possui uma diretriz dentro do planejamento territorial definida através do:

- Macrozoneamento - Municipal e Urbano;
- Perímetro Urbano;
- Sistema Viário - Municipal e Urbano.

A inexistência de estratégias de ocupação do território, atual realidade de Selvíria, podem comprometer o ambiente, a qualidade de vida e aumentar os riscos para a população.

Tabela 6 – Diretrizes e Instrumentos - Ordenamento Territorial

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Identificar diferentes realidades das regiões do município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização	1.1	Garantir funcionamento do zoneamento e macrozoneamento previstos pelo Plano Diretor Municipal			
	Elaborar legislação municipal para legalização dos loteamentos e lotes ocupados de forma irregular	1.2	Firmar parceria com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, para regularização dos lotes			

6 MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE

A qualidade de vida urbana está relacionada, entre outros fatores, à condição de mobilidade das pessoas. O sistema de transporte possibilita o deslocamento da população, enquanto a organização das atividades e do território gera e atrai os fluxos que esse sistema deve atender.

Sem políticas de mobilidade, conforme ocorrer o crescimento do município, o deslocamento da população, seja a pé, de carro, com transporte público, bicicletas, etc. pode tornar-se dificultoso, visto que não há compatibilização dos deslocamentos de pessoas e bens com os diferentes modos de transporte.

Tabela 7 – Diretrizes e Instrumentos - Mobilidade, Trânsito e Transporte

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Instituir políticas públicas com estrutura para a gestão do transporte, trânsito e mobilidade cobrindo efetivamente todos os setores	1.1	Implementar o Sistema Viário Municipal e Urbano definido no PDP e transformá-lo em Lei Complementar ao PDP			
2	Implantar linhas regulares de transporte entre municípios com potencial econômico e as áreas rurais	2.1	Promover licitação para que empresas do setor implantem o serviço			
3	Projetar a cidade priorizando a circulação e acessibilidade de pessoas	3.1	Instituir projeto de lei específico para os logradouros públicos e passeio público			



7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O desenvolvimento social do município depende de algumas ações e atitudes que vão ao encontro com os anseios da comunidade no sentido de propiciar aos mesmos um padrão de vida melhor, mais digno e, acima de tudo, mais humano. Desta forma, as diretrizes e estratégias nesta vertente contemplam o estabelecimento de uma política de desenvolvimento social nos setores de: saúde, educação, esporte, lazer, turismo, ação social, segurança pública, defesa civil.

7.1 SAÚDE

Tabela 8 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Saúde

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Proporcionar um sistema de saúde municipal compatível com suas variadas necessidades, incluindo a adequação de sua infraestrutura e recursos humanos disponíveis	1.1	Garantir funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde			
2	Proporcionar à população atendimento médico adequado, incluindo especialidades médicas	2.1	Aplicar ações do Plano Municipal de Saúde			
3	Direcionar a oferta de serviços e equipamentos à problemática e às necessidades específicas do município. Proporcionar à população acesso às informações e educação em saúde	3.1				

7.2 EDUCAÇÃO

Tabela 9 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Educação

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Promover e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para elevação do nível escolar da população	1.1	Fomentar o Plano Municipal de Educação			
	Implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de educação, assim como a adequação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades	1.2				

7.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tabela 10 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Assistência Social

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Assegurar recursos humanos, instalações físicas e equipamentos apropriados e necessários para o exercício das atividades da assistência social	1.1	Garantir implementação das ações do Plano Municipal de Assistência Social			
		1.2	Garantir funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social			
		1.3	Desenvolver programa de acompanhamento das crianças e adolescentes em situação de risco			



7.4 SEGURANÇA PÚBLICA

Tabela 11 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Segurança Pública

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Promover a integração de Segurança Pública com os programas e eventos realizados no município	1.1	Elaboração de Plano Municipal de Segurança Pública			
		1.2	Criação de órgão gestor responsável pela segurança pública no município			
		1.3	Criação de conselho e fundo municipal de segurança pública			

7.5 DEFESA CIVIL

Tabela 12 – Diretrizes e Instrumentos - Desenvolvimento Social na Defesa Civil

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Estruturar a Defesa Civil local	1.1	Elaborar Plano Diretor de Defesa Civil			



8 FORTALECIMENTO DA CULTURA

A proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico, etc. mantém as marcas da história do município, assegurando a possibilidade da construção dinâmica de sua identidade e diversidade cultural, justificando a importância de manter e preservar o patrimônio histórico e cultural de Selvíria.

Tabela 13 – Diretrizes e Instrumentos - Fortalecimento da Cultura

Nº	Cenário Desejado			Prazo		
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Promover política adequada e assegurar instalações físicas apropriadas para o exercício das atividades do setor da cultura	1.1	Elaboração de legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural			
		2.1	Instituir órgão específico para gestão da cultura no município			
2	Fomentar o setor turístico, compatibilizando os eventos turísticos com as potencialidades do município	2.2	Implementar Conselho Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio			
		2.4	Elaboração do calendário turístico e cultural do município			
	2.5	Promover concursos e exposições municipais, com ou sem concessão de prêmios, fomentando a produção e possibilitando a divulgação pública de trabalhos de qualidade produzidos				



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



9 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Com o objetivo de acompanhar e implementar as diretrizes e estratégias elencadas no Plano Diretor, faz-se necessário a organização das instituições governamentais que promovam o desenvolvimento institucional, fomentada pelos instrumentos de democratização da gestão urbana, baseados nos princípios fundamentais da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, através de:

- Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática de planejamento;
- Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados a curto (até o quarto ano), médio (a partir do quarto até o oitavo ano) e longo prazo (a partir do oitavo ano em diante), considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais;
- Processos e recursos para a atualização dos instrumentos de política e planejamento territorial sempre que necessário e para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;
- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando à implementação do Plano Diretor Participativo e gestão do desenvolvimento municipal e consequente atualização sempre que necessário;
- Organização de sistema de informações para o planejamento e gestão municipal, produzindo os dados necessários, com a frequência definida, para concepção dos indicadores propostos para o Plano Diretor Participativo – PDP.



Tabela 14 – Diretrizes e Instrumentos - Gestão Democrática

Nº	Cenário Desejado		Prazo			
	Diretrizes/Objetivos	Nº	Estratégias/Instrumentos	Curto	Médio	Longo
1	Garantir a participação política de diferentes setores da sociedade	1.1	Organizar debates, audiências, consultas públicas, conferências, para concretizar o plano diretor, o orçamento participativo e iniciativas populares de projetos de lei			
		1.2	Elaboração do Sistema de Informações Geográficas (SIG)			
2	Implantar/aprimorar o Sistema de Planejamento Integrado	2.1	Criar/aprimorar núcleo/setor de Planejamento Urbano – Secretaria e/ou Departamento, com, no mínimo, um arquiteto urbanista e um engenheiro civil no quadro técnico, para implementação e monitoramento da aplicação do Plano Diretor e demais planos setoriais			
		2.2	Revisar/criar/reestruturar legislação organizacional da administração pública			
		2.3	Revisar/atualizar, se necessário, o Código Tributário Municipal			
		2.4	Elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários			
		2.5	Atualizar o regimento interno da Prefeitura e o estatuto do servidor			
		2.6	Atualizar a planta genérica de valores			

ORDENAMENTO TERRITORIAL – DEFINIÇÃO E DEMARCAÇÃO DA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) E PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO SEDE

Para o município foi feita a proposta de perímetro englobando a área urbana já construída e ocupada, além de área para expansão urbana que possa ser ocupada com Zonas Especiais de Interesse Social e Área Industrial.

Para definição das Zonas Especiais de Interesse Social foram levantadas as áreas de habitação social já existentes e as áreas com potencial para esse tipo de habitação de acordo com a dinâmica econômica da cidade, de forma a garantir moradia perto da área de trabalho de empregados do comércio e indústria municipais.

Figura 1 – Perímetro Urbano e Zona Especial de Interesse Social do Distrito Sede Selvíria



Fonte: Alto Uruguai Soluções Ambientais, 2014.



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Guia para Implementação do Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**: institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm> Acesso em 08.jul.2013.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 08.jul.2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2005. 160 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. **Resolução nº 25 de 18 de março de 2005**. Diário Oficial, Brasília, n 60, 39 mar. 2005.

COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias**. Brasília. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. **Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul: Imprensa Oficial**. 111p. Disponível em: <<http://www.al.ms.gov.br/>>. Acesso em 08.jul.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2010.

SEHAC/AGEHAB. **Termo de Referência para Elaboração de Plano Diretor Participativo (PDP)**. Campo Grande, 2014.

SEMAC/MS. Secretaria de Estado do Meio ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. Disponível em: < <http://www.semec.ms.gov.br/>> Acesso em 08.jul.2014.



ANEXOS

Anexo 1 – Ações Estratégicas para os nove temas prioritários

1. AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- I. Desenvolver as vocações e potencialidades que deverão ser exploradas sustentavelmente nos diversos segmentos econômicos;
- II. Elaboração de estudos referentes ao sistema de controle sobre o uso anual das terras, assim como recursos, equipamentos e a infraestrutura necessária;
- III. Incentivar à implantação de indústrias e agroindústrias através da adequação dos tributos municipais para favorecer o ingresso de novas empresas no município;
- IV. Desenvolver a agricultura orgânica, promovendo a articulação e associação dos produtores no processo de certificação da produção;
- V. Conscientização dos pequenos e médios produtores rurais referente à modernização tecnológica e à elaboração/capacitação da carta de aptidão para a solicitação de financiamentos, através de palestras, cursos, oficinas, feiras, etc;
- VI. Conscientização sobre a preservação do meio ambiente e incentivos à diversificação da produção agrícola através de palestras, cursos, oficinas, feiras, etc;
- VII. Promoção de cursos técnicos, profissionalizantes e de capacitação;
- VIII. Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural.

2. AÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- I. Controlar a venda e uso de agrotóxicos;
- II. Preservar os reservatórios de águas naturais e artificiais, destinados à garantia da funcionalidade dos sistemas de drenagem e dos corpos hídricos, mantendo sua vazão adequada;
- III. Priorizar o plantio de mudas de árvores nativas e planejar o adequado plantio das mesmas;
- IV. Desenvolver a educação, conscientização e sensibilização ambiental na população;
- V. Reduzir os índices de queimadas dentro do limite municipal.

3. AÇÕES PARA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

- I. Aprimorar a gestão e o planejamento, garantindo o bom funcionamento e atendimento ao saneamento básico;
- II. Ampliar ações de saneamento básico na área rural;
- III. Garantir a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário;
- IV. Criar o serviço de coleta diferenciada e de separação na origem, visando à coleta seletiva, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos;
- V. Melhorar a coleta e a destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos;
- VI. Garantir acessibilidade e mobilidade em toda a área urbana e rural, promovendo a pavimentação, readequação e manutenção das vias;



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



- VII. Assegurar o fornecimento de energia elétrica e sua disponibilização para ampliar o setor industrial e a adequada iluminação dos logradouros públicos;
- VIII. Promover melhorias e fiscalização nos equipamentos de serviços funerários e garantir a manutenção de sua capacidade de infraestrutura.

4. AÇÕES PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- I. Aplicar a Lei nº 11.888 (Lei Zezeu) lei de Assistência Técnica que objetiva oferecer a orientação técnica de Engenheiros Civis e Arquitetos Urbanistas, para regularização, construção e melhorias de unidades habitacionais;
- II. Manter atualizado o cadastro das famílias carentes que necessitam de moradia;
- III. Promover a regularização fundiária dos terrenos ocupados sem a devida documentação de posse.

5. AÇÕES PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL

- I. Identificar diferentes realidade das regiões do município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização.

6. AÇÕES PARA MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE

- I. Instituir políticas públicas para estruturar a gestão de transporte, trânsito e mobilidade;
- II. Implantar linhas regulares de transporte entre municípios com potencial econômico e as áreas rurais;
- III. Garantir a estruturação e readequação do sistemas viário municipal e das vias urbanas;
- IV. Projetar a cidade priorizando a circulação e acessibilidade de pessoas;
- V. Projetar e implantar sinalização viária, manutenção da sinalização existente e reposição dos artefatos, suportes, placas danificadas pela ação do tempo.

7. AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- I. Proporcionar um sistema de saúde municipal compatível com suas variadas necessidades, incluindo a adequação de sua infraestrutura e disponibilização de recursos humanos;
- II. Proporcionar à população atendimento médico adequado, incluindo especialidades médicas;
- III. Direcionar a oferta de serviço e equipamentos à problemática e às necessidades específicas do município;
- IV. Proporcionar educação na área da saúde à população;
- V. Estimular e garantir a permanência do aluno na escola;
- VI. Promover e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para elevação do nível escolar da população;
- VII. Estimular o ensino pré-profissionalizante e profissionalizante nas áreas de vocação do município;
- VIII. Implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor da educação, assim como a adequação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades;



- IX. Garantir a qualidade da merenda escolar, dando prioridade à produção local;
- X. Adequar a infraestrutura municipal para atender o sistema de transporte escolar;
- XI. Intensificar a política de melhoria de recursos humanos na área de educação;
- XII. Aperfeiçoar o Projeto Pedagógico para as escolas;
- XIII. Ampliar e construir Centros de Educação Infantil e especializar professores;
- XIV. Assegurar o tendimento a população em situação de vulnerabilidade e risco;
- XV. Proporcionar instalações físicas e equipamentos apropriados e necessários para o exercício das atividades de assistência social;
- XVI. Promover a integração de Segurança Pública com os programas e eventos realizados no município;
- XVII. Estruturar a Defesa Civil local;
- XVIII. Implementar ações de caráter defensivo, contemplando medidas preventivas e recuperativas.

8. AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA CULTURA

- I. Promover política adequada e assegurar instalações físicas apropriadas para o exercício das atividades do setor da cultura;
- II. Estimular a formação, produção e difusão cultural;
- III. Fomentar o setor turístico, compatibilizando os eventos turísticos com as potencialidades do município;
- IV. Articular parceria entre as políticas de Educação e Cultura;
- V. Ampliar e diversificar a oferta de espaços públicos de lazer/recreação/esporte.

9. AÇÕES PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA

- I. Viabilizar e fomentar a participação da sociedade civil nos processos de gestão pública e na execução de políticas e programas públicos;
- II. Definir metodologia e protocolo de trabalho integrado das secretarias municipais utilizando o SIG por meio eletrônico;
- III. Conscientização da população a respeito da necessidade da concretização do Plano Diretor Participativo e de outros projetos de interesse social;
- IV. Criar mecanismos de consultas populares para a interação dos processos políticos.



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Anexo 2 – Apresentação do Plano Base

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
3ª ETAPA – PLANO BASE
SELVÍRIA
Alto Uruguai

Plano Diretor Participativo
ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS
CNPJ: 13.338.870/0001-00
www.altouruguai.eng.br

ESCRITÓRIO CAMPO GRANDE - MS
Rua Dr. Arthur Jorge, 1602
CENTRO - (67) 3253-5177

ESCRITÓRIO LONDRINA - PR
Av. Madre Leônia Mills, 1123
CEP 86050-270 - Londrina /PR

ESCRITÓRIO CONCÓRDIA - SC
Rua Dr. Marul, 1427
CEP 86700-000 - Concórdia /SC

www.altouruguai.eng.br

Plano Diretor Participativo

GOVERNO DO ESTADO E PREFEITURA

André Puccinelli
Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Simone Tebet
Vice Governadora do Estado de Mato Grosso do Sul

Miriam Aparecida Paulati
Secretária de Estado de Habitação e das Cidades

Eva Maria Silveira dos Santos
Superintendente Estadual das Cidades

José Maria de Oliveira Neto
Diretor Presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul

Jacomo Dagostin
Prefeito Municipal de Guá Lopes de Laguna

www.altouruguai.eng.br

Plano Diretor Participativo

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

Eva Maria Silveira dos Santos
Ananda Rozin Barbosa
Sônia Barbosa Lopes
Vitória Ramalho Sützer

COMISSÃO ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO E APROVAÇÃO

Miriam Aparecida Paulati
Eva Maria Silveira dos Santos
Ana Claudia Malheiros Belgo
Ananda Rozin Barbosa
Sônia Barbosa Lopes
Rafael Almeida Castro
Galene Fritze de Almeida
Augusto Domingos Ortega

www.altouruguai.eng.br

Plano Diretor Participativo

EQUIPE TÉCNICA

Robson Ricardo Resende Engenheiro Sanitarista e Ambiental CREA - SC 99639-2 Coordenador Geral	Rafael Remotto Menezes Engenheiro Ambiental CREA/SP 5.083.887.557	Osmani Vicente Jr. Arquiteto e Urbanista CAU/AC/196-7 Coordenador Técnico
Marcos Borsatti Engenheiro Ambiental CREA/SC 116226-8	Thalita Andrekowsk Pereira Arquiteta - CAU/MS 22.519	Maycon Padotti Engenheiro Ambiental CREA/SC 114899-9
Roberto Kurtz Pereira Advogado OAB/SC 22.519	Lais Caroline de Almeida Analista de Planejamento Territorial	Denise De Luca Geógrafa
Thamy Barbara Gioia Geógrafa CREA/PR 108852	Murilo Henrique Rodrigues Martins Analista Ambiental e Planejamento Territorial	Ediane Mari Biasi Assistente Social CRESS/SC 003854
Érica Moraes dos Santos Analista Ambiental e Planejamento Territorial	Luciano Martins Decobone Analista Ambiental e Planejamento Territorial	Livia Deliberador Franscion Analista Ambiental e Planejamento Territorial

www.altouruguai.eng.br

Plano Diretor Participativo

O QUE É O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO?

- Instrumento básico do processo de planejamento para a implementação da política de desenvolvimento municipal, que norteará o desenvolvimento territorial e a expansão urbana;
- Planejamento do futuro do Município;

PARA QUE SERVE?

Ferramenta indispensável à determinação das intervenções a serem executadas pelo poder público municipal de maneira coordenada, integrada e articulada.

Deve permitir a indução de um processo de planejamento que vise maximizar os benefícios sociais, redução de desigualdades, garantia de oferta de serviços e equipamentos urbanos, e a redução dos custos operacionais e de investimentos, atendendo às exigências fundamentais de ordenamento das cidades, para que se cumpra a sua função social.

www.altouruguai.eng.br



Plano Diretor Participativo

O QUE FAZ?

- Regulamenta os instrumentos urbanísticos para normatizar o processo de construção e o mercado imobiliário;
- Organiza o crescimento e transformação da cidade;
- Define investimentos e ações prioritárias;
- Dimensiona as metas a serem buscadas;
- Estabelece o sistema de gestão democrática.

QUEM FAZ O PDP?

TODOS!!!

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo

DIAGNÓSTICO

CENÁRIO ATUAL

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo

A cidade que temos?

A cidade que queremos?

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo

SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo

SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Aspectos Regionais			A região apresenta grande potencial turístico;
			Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.
			Proximidade com o município polo – Três Lagoas (82 km);
			Dependência Intermunicipal;

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo

SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Aspectos Ambientais			Relevo Tabular
			Poucos remanescentes florestais.
			Poucas áreas verdes urbanas.
			Ausência de projeto de urbanização
			Ausência de áreas de lazer
		Criação de comissão para implantação do Parque Interstadual	

www.altourugui.eng.br



Plano Diretor Participativo		
SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES		
Aspectos Socioeconômicos	Baixo crescimento populacional	
	Baixa densidade demográfica	
	Índice de Gini diminuiu, menos desigualdade	
	Atividade agroflorestal	
	Falta de incentivos para o turismo	
	Falta de Plano de Turismo	
	Baixa representatividade do comércio	
	Diminuição da população economicamente ativa	
	Aumento do IDHM, sobretudo IDHM Educação	
	Serviços – maior PIB	
	Crescimento da renda per capita	
	Potencial de geração de renda com o turismo	
	Baixo nível de desemprego	
	Parceria com indústrias e comércio	
	Construção de novas moradias	
	Falta de Planejamento para geração de emprego e renda	

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo		
SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES		
Aspectos Socioespeciais	Mioba urbana regular	
	55% ocupação por pastagem	
	Problemas com vazios urbanos	
	Problema com o déficit habitacional	
	Árvores aumentaram o valor	
	Dificuldade para encontrar terrenos para construção de moradias populares	
	Dificuldade com questões de licenciamento de terrenos	
	Associação de assentamentos	
	Legalização dos lotes no Bairro Vista	
	Desapropriação de imóveis abandonados	

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo		
SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES		
Aspectos de Infraestrutura e Saneamento Básico	Cobertura de atendimento por rede de abastecimento de água de 75,6%	
	Inexistência esgotamento sanitário, utilização de fossos rudimentares e sistemas inadequados de destinação do esgoto.	
	Inexistência do aterro sanitário.	
	Falta de coleta seletiva, gerenciamento e destinação dos resíduos	
	Boa parte das vias urbanas não são pavimentadas.	
	Deficiência em alguns passeios.	
	Apenas 60% do município é atendido por iluminação pública	
	Cemitério municipal necessita de readequação	
	Busca de recursos para asfaltamento	
	Melhoria das estradas rurais	

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo		
SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES		
Aspectos de Infraestrutura e Saneamento Básico	*Apressar a SANESUL nos projetos para o município	
	Implementar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos	
	Construção de pista de caminhada	
	Construção de pista de skate	
	Implantação de transporte coletivo	

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo		
SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES		
Serviços e Equipamentos Públicos	Existência de equipamentos de saúde.	
	Falta de estrutura escolar	
	Aumento das matrículas na Educação de Jovens e Adultos	
	Centro de especialidades médicas, aguardando funcionamento	
	Projetos de Assistência Social	
	Núcleo de assistência social do bairro Vista necessita de reformas	
	Município necessita de mais uma escola municipal	
	Reforma da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Nelson Duarte Rocha	
	Reforma da Escola Estadual Ana Maria de Souza	
	Dificuldade financeira para contratação de médico plantonista e suprir outras demandas de saúde	
Falta de incentivos para a população praticar esportes		
Necessidade de instalação de um centro de cultura		

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo		
SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES		
Serviços e Equipamentos Públicos	Reforma e ampliação do Ginásio Municipal	
	Falta de brigada de incêndio	
	Instalação de uma creche no Bairro Vista	
	Construção de escola no Bairro Vitória	
	Construção de anfiteatro com capacidade para no mínimo 1.000 pessoas	

www.altourugui.eng.br

Plano Diretor Participativo	
SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	
Aspectos Institucionais	Efetivar a comissão fiscalizadora de tributos
	Baixo poder aquisitivo para melhorar a arrecadação municipal.
	Carência no corpo técnico para os setores relacionados ao planejamento urbano
	Baixa arrecadação de ICMS por atividades terciárias (comércio e serviços)
	Falta de estrutura na área tributária (Lei de impostos)
	Crescimento da arrecadação de IPTU
	Crescimento da arrecadação de ITBI
Maior arrecadação de ICMS é da pecuária	

Plano Diretor Participativo

ENTÃO... VAMOS AJUDAR NOSSA CIDADE ???

www.altouruguai.eng.br

Plano Diretor Participativo

PLANO BASE

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

www.altouruguai.eng.br

Plano Diretor Participativo

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo
			Objetivos / Estratégias	Instrumentos / Ação	Impacto	
1	Realização do Plano de Desenvolvimento Municipal	Deficit de desenvolvimento econômico em virtude da falta de identificação das vantagens e oportunidades do Município, podendo definir alternativas que sejam sustentáveis e viáveis, sendo que propõem a identificação, avaliação e desenvolvimento econômico e urbano do Município.	Desenvolver iniciativas que possibilitem o desenvolvimento das empresas e empreendimentos que possam gerar empregos e renda para a população local.	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 - Elaboração de Plano de Desenvolvimento Municipal 1.2 - Realização de estudos de viabilidade econômica para as áreas de desenvolvimento econômico 1.3 - Realização de estudos de viabilidade econômica para as áreas de desenvolvimento econômico 	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 - Desenvolvimento das áreas das cidades produtivas e produtivas e sustentáveis. 1.2 - Expansão sustentável das receitas tributárias de IPTU. 1.3 - Desenvolvimento de pequenas e médias empresas locais que se referem aos setores turísticos, comércio e prestação de serviços. 1.4 - Atuação em parceria com o setor privado. 	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 - Desenvolvimento do Município 1.2 - Desenvolvimento do Município 1.3 - Desenvolvimento do Município

Plano Diretor Participativo

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo
			Objetivos / Estratégias	Instrumentos / Ação	Impacto	
2	Grande área do Município com ênfase para a agricultura	Diminuição de áreas de preservação do Município, assim como dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 - Competitividade desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 - Estimular as práticas agrícolas que ofereçam benefícios ambientais, incluindo uso de técnicas que promovam campanhas, cursos e outros incentivos, bem como desenvolver ações de preservação do meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 - Concentração sobre a preservação do meio ambiente e incentivo à diversificação da produção agrícola através de projetos, cursos, oficinas, feiras, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 - Desenvolvimento econômico 2.2 - Desenvolvimento econômico

Plano Diretor Participativo

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo
			Objetivos / Estratégias	Instrumentos / Ação	Impacto	
3	Falta de práticas sustentáveis na agricultura	Desenvolvimento verde e sustentável, e as práticas de conservação do solo, recursos hídricos e recuperação ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 - Fortalecer, disseminar e apoiar a sustentabilidade da agricultura, promovendo a diversificação, inovação e competitividade. 3.2 - Estimular a agricultura sustentável e a recuperação das práticas de conservação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 - Realizar o sistema Agroecológico de produção agrícola, promovendo os produtos e processos locais, utilizando técnicas agrícolas sustentáveis para aumentar e manter alto o nível de produtividade e qualidade dos produtos. 3.2 - Realizar o sistema Agroecológico sustentável e a recuperação das práticas de conservação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 - Sustentabilidade econômica e ambiental 3.2 - Sustentabilidade econômica e ambiental 	



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Plano Diretor Participativo						
1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			#	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Déficit na organização das atividades agrícolas e de investimentos de natureza produtiva em áreas públicas.	Dificuldade de desenvolvimento das produções devido à pouca capacidade tecnológica, infraestrutura e investimentos das produções.	Apoiar e incentivar os produtores locais produtivos.	4.1	Realizar e fomentar os processos de capacitação dos produtores rurais.	Oferecer incentivos financeiros para aquisição de insumos agrícolas.	1 ano
			4.2	Realizar fóruns de discussão de comercialização de insumos e produtos.	Realizar feiras e feiras populares dedicadas aos produtos agrícolas locais.	1 ano
			4.3	Realizar o crédito agrícola de curto e médio prazo, proporcionando aos agricultores melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
			4.4	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
4.5	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano			
4.6	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano			

Plano Diretor Participativo						
1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			#	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Déficit de empreendimentos que possibilitem novos investimentos no Município.	Ausência de demanda da população em relação ao funcionamento público e pouco subsídios à atração de negócios que possam desenvolver a economia do Município.	Apoiar e estimular o empreendedorismo local em áreas de atuação de empreendimentos e estímulo de novos grupos de negócios.	5.1	Realizar reuniões de planejamento de negócios para atrair investimentos e incentivar a produção de novos produtos e serviços.	Realizar feiras, feiras populares e de qualificação, desenvolvimento e capacitação de produtores rurais para atrair investimentos e incentivar a produção de novos produtos e serviços.	1 ano
			5.2	Realizar ações orientadas à instalação de negócios.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			#	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Déficit na diversificação das atividades que possibilitem a dinamização econômica sustentável.	Diversificação econômica municipal.	Orientar e capacitar os produtores locais a desenvolver as atividades produtivas locais e a diversificação das atividades produtivas locais.	6.1	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
			6.2	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
			6.3	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			#	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Presença de atividades agrícolas sobre as áreas de preservação ambiental urbana.	Omnipresença de atividades agrícolas sobre as áreas de preservação ambiental urbana.	Oferecer incentivos financeiros para aquisição de insumos agrícolas.	1.1	Realizar reuniões de planejamento de negócios para atrair investimentos e incentivar a produção de novos produtos e serviços.	Realizar feiras, feiras populares e de qualificação, desenvolvimento e capacitação de produtores rurais para atrair investimentos e incentivar a produção de novos produtos e serviços.	1 ano
			1.2	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
			1.3	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
			1.4	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			#	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Existência de áreas degradadas sobre as áreas urbanas do Município.	Aumento das áreas degradadas comprometendo a preservação ambiental e consequentemente a qualidade de vida dos municípios.	Recuperar as áreas degradadas e evitar o surgimento de novas áreas degradadas por meio de ações municipais, bem como as áreas de mata nativa e reserva legal (Lei Federal nº 12.651/2012).	2.1	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
			2.2	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
			2.3	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			#	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Faltas inadequadas de planejamento e desenvolvimento de projetos de preservação ambiental.	Ausência de planejamento de projetos de preservação ambiental.	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	3.1	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano
			3.2	Realizar cursos de capacitação e assistência técnica para produtores rurais.	Realizar reuniões do governo municipal para avaliar as ações que possam proporcionar melhores condições para acesso de crédito para aquisição de maquinário e implementação e conservação de qualificação de produtores.	1 ano



Plano Diretor Participativo											
2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL											
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO					
			Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo			
Análise de fiscalização e monitoramento das atividades que impactam negativamente o ambiente.	Propensão ao aumento da degradação do meio ambiente.	Outros instrumentos necessários ao exercício das funções de monitoramento e fiscalização de todas as atividades que tenham impacto no meio ambiente do Município.	4.1	Clareza política municipal de saneamento básico, recursos hídricos e a gestão integrada dos recursos sólidos.	Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.						
			4.2	Implantar ações capazes de evitar ações de monitoramento e fiscalização.	Clareza e gestão o acompanhamento do Conselho de Meio Ambiente, buscando maior envolvimento dos Comitês de Bacia Hidrológica regional.						
			4.3	Monitorar ações financeiras para desenvolver ações e projetos de monitoramento e fiscalização.	Clareza e Fundo do Meio Ambiente.						
			4.4	Regulamentar e normatizar ações ambientais.	Elaborar e instituir legislação ambiental municipal para regulamentar e fiscalização de passivos ambientais, bem como para aplicação de penalidades às infrações.						

Plano Diretor Participativo										
2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL										
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO				
			Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo		
Falta de participação e planejamento na estrutura urbana municipal.	Aumento de problemas com destinação dos resíduos sólidos para Organização Municipal de Saúde (OMS), além da utilização de espaços públicos e qualidade de vida.	Desenvolver programa de limpeza e atendimento de 100% de áreas verdes por meio de ações para melhoria da qualidade de vida, construção de áreas de lazer, criação de espaços públicos, recuperação de áreas degradadas, implantação de parques e áreas verdes, implantação de programas de manutenção de áreas verdes, implantação de programas de manutenção de áreas verdes, implantação de programas de manutenção de áreas verdes.	5.1	Regulamentar e normatizar o processo de autorização para que atividades de caráter e aproveitamento de manutenção permanente de utilização dos espaços públicos.	Elaborar e implementar Plano de Abordagem Urbana.					
			5.2	Implantar programas de manutenção de áreas verdes, implantação de programas de manutenção de áreas verdes, implantação de programas de manutenção de áreas verdes.	Implantar programas de manutenção de áreas verdes, implantação de programas de manutenção de áreas verdes, implantação de programas de manutenção de áreas verdes.					

Plano Diretor Participativo										
2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL										
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO				
			Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo		
Deficit de programas de educação ambiental.	Crescente insensibilidade quanto às questões de preservação do meio ambiente e consequente aumento da degradação ambiental.	Desenvolver e conscientizar a sensibilização cidadã.	6.1	Implementar e educação ambiental nas instituições de ensino pública e privada.	Desenvolver projetos que contemplam atividades educativas (letras e áreas ambientais físicas e parcos ecológicos) e atividades práticas (banco de sementes, coleta de material reciclável, etc.).					
			6.2	Aplicar (trabalhos e educação ambiental para atividades (lúdicas, esportivas, culturais, artísticas, etc.) e atividades práticas (banco de sementes, coleta de material reciclável, etc.).	Frealização de cursos de educação ambiental para atividades (lúdicas, esportivas, culturais, artísticas, etc.) e atividades práticas (banco de sementes, coleta de material reciclável, etc.).					
			6.3	Promover a educação ambiental para as populações residentes nas sub-bacias do Município.	Clareza e implementar projetos pedagógicos e cursos de educação ambiental para as populações residentes nas sub-bacias do Município.					

Plano Diretor Participativo										
2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL										
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO				
			Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo		
Problemas relacionados com a poluição do ar, solo, água e resíduos sólidos e resíduos industriais.	Propensão ao aumento da poluição do ar, solo, água e resíduos sólidos e resíduos industriais.	Monitorar e controlar a poluição do ar, do solo e da água, utilizando recursos e dos recursos hídricos e controlar os resíduos industriais.	7.1	Desenvolver projetos que contemplam atividades educativas (letras e áreas ambientais físicas e parcos ecológicos) e atividades práticas (banco de sementes, coleta de material reciclável, etc.).	Desenvolver projetos que contemplam atividades educativas (letras e áreas ambientais físicas e parcos ecológicos) e atividades práticas (banco de sementes, coleta de material reciclável, etc.).					
			7.2	Monitorar e controlar a poluição do ar, do solo e da água, utilizando recursos e dos recursos hídricos e controlar os resíduos industriais.	Monitorar e controlar a poluição do ar, do solo e da água, utilizando recursos e dos recursos hídricos e controlar os resíduos industriais.					
			7.3	Programas de conservação de população para o controle de resíduos sólidos e resíduos industriais.	Programas de conservação de população para o controle de resíduos sólidos e resíduos industriais.					
			7.4	Monitorar e controlar a poluição do ar, do solo e da água, utilizando recursos e dos recursos hídricos e controlar os resíduos industriais.	Monitorar e controlar a poluição do ar, do solo e da água, utilizando recursos e dos recursos hídricos e controlar os resíduos industriais.					

Plano Diretor Participativo										
2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL										
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO				
			Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo		
Não há delimitação das Zonas de Interesse Ambiental.	Propensão ao aumento da degradação do meio ambiente.	Clareza e implantar áreas de Valor Ambiental.	8.1	Clareza de Zonas de Interesse Ambiental antes da aprovação do Plano Diretor Participativo.	Localizar as Zonas de Interesse Ambiental e regulamentar o uso do solo, do meio ambiente e dos recursos hídricos.					
			8.2	Desenvolver programas e monitorar a criação e recuperação das reservas legais, bem como auditar na preservação do patrimônio das áreas de conservação e promover a regularização das áreas não abertas nas propriedades rurais.	Desenvolver programas e monitorar a criação e recuperação das reservas legais, bem como auditar na preservação do patrimônio das áreas de conservação e promover a regularização das áreas não abertas nas propriedades rurais.					

Plano Diretor Participativo										
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL										
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO				
			Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo		
Ausência de Plano Municipal de Saneamento Básico.	Problemas com planejamento e estruturas de sistemas de saneamento público e possibilidade de não obtenção de recursos federais.	Aprimorar a gestão e o planejamento, garantindo o bom funcionamento e atendimento do saneamento básico, através de Política Nacional de Saneamento Básico.	9.1	Estar em conformidade com o Lei Federal nº. 11.445/2007.	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico.					
			9.2	Desenvolver programas e monitorar a criação e recuperação das reservas legais, bem como auditar na preservação do patrimônio das áreas de conservação e promover a regularização das áreas não abertas nas propriedades rurais.	Desenvolver programas e monitorar a criação e recuperação das reservas legais, bem como auditar na preservação do patrimônio das áreas de conservação e promover a regularização das áreas não abertas nas propriedades rurais.					



Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
2	Ausência de saneamento rural.	Problemas com saúde pública e riscos de poluição de águas rurais decorrentes da ausência de saneamento básico.	Aplicar ações de saneamento básico na área rural.	2.1	Promover o monitoramento da qualidade de água dos poços de abastecimento de áreas rurais.	Analisar periodicamente os níveis e a qualidade de água potável para a população de áreas rurais.			
				2.2	Promover estudos como meio de estabelecer mecanismos para avaliar o atendimento das populações rurais dispostas com água potável.	Contratação de equipe especializada ou parcerias com instituições para avaliar, sistematicamente, a população rural na qualidade de água de poços e/ou nascentes.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
3	Ausência de saneamento rural.	Problemas com saúde pública e riscos de poluição de águas rurais decorrentes da ausência de saneamento básico.	Aplicar ações de saneamento básico na área rural.	3.1	Promover a educação ambiental, visando a redução e a reutilização de água.	Elaboração de oficinas educativas nas escolas para a conscientização das crianças, sobre a importância de se economizar água.			
							3.2	Promover a educação ambiental, visando a economia e a reutilização de água.	Apresentação de palestras para o público adulto, sobre a importância de se economizar e reutilizar água.

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
3	Ausência de sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário.	Problemas com saúde pública e riscos de poluição de águas rurais decorrentes da ausência de saneamento básico.	Garantir a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário.	3.1	Iniciar o processo de concessão para a implantação de 100% do sistema de esgotamento sanitário para toda a área urbana.	Contratação de empresa especializada em execução de projetos de saneamento básico.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
4	Ausência de coleta seletiva no município, uso incorreto e cooperativas de catadores.	Falta de reaproveitamento dos Resíduos Recicláveis, geração de renda e redução de resíduos sólidos decorrentes da falta de coleta seletiva e aumento dos índices.	Criar ou reestruir o serviço de coleta diferenciada e de separação na origem, visando à coleta seletiva, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos.	4.1	Elaborar e implementar com o Braço e frequência de coleta de recicláveis, com veículo adaptado.	Adquirição de veículo especializado para este tipo de coleta pelo Poder Público local ou contratação de empresa qualificada.			
				4.2	Realização de campanhas educativas para a população incentivando a coleta seletiva, a separação e a reciclagem dos resíduos sólidos - (PETS, Lei Nº 12.232/2010), onde de forma geral, todos possuem responsabilidade sobre o lixo residual gerado.	Promover campanhas, através de mídias sociais, rádio, palestras e outras ações educativas para mobilizar a população, sobre a importância de reciclagem de materiais.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
4	Ausência de coleta seletiva no município, uso incorreto e cooperativas de catadores.	Falta de reaproveitamento dos Resíduos Recicláveis, geração de renda e redução de resíduos sólidos decorrentes da falta de coleta seletiva e aumento dos índices.	Criar ou reestruir o serviço de coleta diferenciada e de separação na origem, visando à coleta seletiva, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos.	4.3	Realizar uma lista para o recolhimento dos resíduos orgânicos como restos de alimentos e podas de árvores, segundo a legislação específica.	Aplicação de área pelo Poder Público local para a destinação de resíduos orgânicos ou contratação de empresa especializada.			
				4.4	Promover a construção de unidades geradoras para a separação e armazenamento de resíduos provenientes de casas e escolas.	Contratação de empresa especializada em construção do respectivo galpão de armazenamento de resíduos recicláveis.			
				4.5	Instituir e apoiar a formação de cooperativas que atuam de forma complementar e integrada nas diferentes etapas dos processos do sistema de limpeza urbana.	Estimular através de incentivos fiscais, a implantação de empresas que tenham como atividade processos recicladores, incluindo a contratação de catadores.			
				4.6	Desencorajar recicláveis comercialmente.	Elaborar um currículo de destinação final de resíduos recicláveis, incluindo setores que possibilitem empresas recicladoras, assegurando os documentos que comprovam a destinação correta.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
5	Destinação incorreta de resíduos e coleta irregular de áreas urbanas, rurais, de bairros e assentamentos.	Estimular a aplicação dos pontos regulares de destinação dos resíduos sólidos.	Melhorar a coleta e a destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos.	5.1	Ativar 100% de coleta de lixo nas áreas urbanas, rurais, de bairros e assentamentos.	Adquirição de novas caminhões especializados para atender a coleta de resíduos nas áreas urbanas, rurais, de bairros e assentamentos. Ativar comunidades quilombolas, ou contratação de empresa especializada em coleta de resíduos para atender áreas urbanas e rurais.			
				5.2	Realizar a implementação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (Bando de destinação correta e reutilização adequada como matéria de construção civil, metais, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, pneus, óleos, tintas, resíduos volantes e outros, etc.).	Implementação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos.			



Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
5	Destinação incorreta de resíduos e coleta irregular na área urbana, rural, distritos e esparceiros.	Existência e ampliação de pontos irregulares de destinação dos resíduos sólidos.	Melhorar a coleta e a destinação final e o reaproveitamento dos resíduos sólidos.	5.3	Elaborar e destinação adequada dos resíduos, seja via atrelada de correção institucional ou execução de um plano específico, gerando assim o manejo adequado dos resíduos sólidos, com a construção de estruturas adequadas - aterro - para a destinação final e o reaproveitamento dos resíduos sólidos, bem como para a separação dos resíduos de papel para compostagem.	Contratação de empresa especializada para a coleta e execução a construção de aterro sanitário, ou ainda criar um comitê institucional com apoio comunitário.			
				5.4	Realizar a taxa de coleta de lixo.	Elaborar mecanismos de controle para a coleta, monitorando a destinação final dos resíduos. Registar em mapas, quadras e locais de descarte.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
6	Estrutura precária para acessibilidade e mobilidade na área urbana e rural.	Redução da qualidade de vida devido à infraestrutura precária dos equipamentos de mobilidade urbana e rural.	Garantir acessibilidade e mobilidade em toda a área urbana e rural, promovendo a pavimentação, readequação e manutenção adequadas das vias.	6.1	Elaborar e manter plano anual através da execução de obras de readequação e pavimentação de estradas rurais. Promover e melhorar o acesso às propriedades rurais. Gerente de manutenção das estradas rurais utilizadas para realização do transporte, escolar e econômico de bens, realizando com frequência obras de manutenção e conservação, inclusive das cabeceiras das pontes e dos bueiros.	Adoção de medidas para o melhor de obras, tais como: campanhas, mobilizações, não contratação de mão de obra. Além de elaborar um programa de manutenção nas principais vias rurais e urbanas.			
				6.2	Promover a pavimentação das vias de área urbana de modo a melhorar a acessibilidade, identificando e priorizando áreas de maior interesse.	Destinar os recursos para prioridades como: desmatamento, obras de conservação, obras de saneamento, obras de saneamento, obras de saneamento, obras de saneamento.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
7	Defeitos nos sistemas de muros e cercamentos urbanos.	Ampliação dos pontos com problemas de muragem e cercamentos.	Ampliar e manter os sistemas de drenagem existentes, as capacidades de escoamento e regularização de vazões dos rios, córregos e estruturas hidráulicas que compõem o sistema de drenagem.	7.1	Executar reformas e melhorias físicas das galerias de águas pluviais para verificações orientadas de acordo com as prioridades segundo legislação pertinentes.	Coleta do Poder Público local, ações por parte da Agência de Saneamento para a realização de reformas, nas residências, comunitários e industriais.			
				7.2	Atuar nos sistemas de águas pluviais que ainda não atendem e construir estruturas finais, com dispositivos de energia visando à captação e o escoamento adequado das águas pluviais de cada município.	Contratação de empresas especializadas na execução de sistemas de muros e muros drenagem urbana.			
				7.3	Estimular a implantação e construção de projetos ecológicos com vista à infiltração de águas pluviais e comunitários à população de baixa renda para a coleta, escoamento e manutenção adequada.	Estimular a implantação de projetos específicos para criar empreendimentos e ações diretas, para que haja maior acesso ao sistema, com o propósito de infiltração de água de chuva, iluminação e ventilação natural.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
8	Poluição visual, existência de muros e cercamentos em terrenos e lotes e pontos ou pontos ineficientes.	Degradação visual da área urbana e possibilidades de geração de focos de poluição de áreas e pontos privados.	Promover a recuperação paisagística do centro urbano e manter conservados e limpos os áreas e pontos privados.	8.1	Incentivar a construção de muros e cercamentos em áreas e pontos privados ou edifícios, com vistas ao melhor estético da paisagem no meio urbano e conceder incentivos à população de baixa renda para a coleta, escoamento e manutenção adequada.	Elaborar legislação específica para a qualidade visual da paisagem urbana (restrição de muros de propriedade), criar e estabelecer de terrenos e pontos, cercamentos e construção de muros.			
				8.2	Implantar taxa de IPTU progressivo nos lotes e espaços abertos destinados de muros e cercamentos, mais alto, onde o proprietário o melhor estético implantados.	Elaborar legislação específica para a taxa de IPTU progressivo e, assim, proprietários que descuram de seus terrenos e pontos.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
9	Qualidade constante no sistema de energia elétrica e ausência de iluminação pública em determinados setores da área urbana.	Limitação do crescimento e expansão industrial do Município.	Assegurar o fornecimento de energia elétrica adequada, iluminação das logradouros públicos e disponibilidade de energia elétrica para ampliação do setor industrial.	9.1	Interir junto a concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica, para promover o aumento do sistema de energia elétrica de modo a evitar com as interrupções de fornecimento de energia.	Realizar reuniões periódicas com a concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica, propondo e escalonando ações, para diminuir os casos de queda no sistema de distribuição de energia elétrica.			
				9.2	Coleta do Poder Público local a adequação dos pontos sem iluminação pública.	Ampliar o sistema de iluminação pública para as áreas ainda não atendidas, principalmente nas novas implantações e semir implantadas, bem como promover o realinhamento das luminárias nas áreas de rede que possuem conflito entre os equipamentos e a autorização urbana.			

Plano Diretor Participativo									
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL									
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNOLÓGICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
				Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
10	Ineficiência do sistema de telecomunicações.	Deficit na comunicação e limitação na aquisição de internet.	Incrementar os serviços de comunicação no Município.	10.1	Interir junto às operadoras para o incremento/implantação de sistemas de acesso à internet sem fio no Município e melhorar nas comunicações de telefonia móvel e fixa.	Outras ações para a criação de um maior número de operadoras de telecomunicações no município e melhorar a infraestrutura municipal para a instalação das mesmas.			



Plano Diretor Participativo								
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL								
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRADO		
			Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
11	Deficit nas atividades, fiscalização e infraestrutura referente aos serviços funerários.	Degradação do meio ambiente e falta de capacidade física em atender a população Municipal.	Promover melhorias e a manutenção nos equipamentos de serviços funerários municipais e ampliar a capacidade de infraestrutura referente aos serviços funerários.	11.1	Elaborar projetos específicos para melhoria de obras e serviços, visando a conservação, manutenção e melhoria do ambiente municipal.	Contribuição de profissionais habilitados para a melhoria das atividades.		
				11.2	Gerenciar o serviço e o monitoramento das áreas de cemitérios que podem ocasionar contaminação do solo e lençol freático, compreendendo o que determina a legislação estadual.	Contribuição de profissionais especializados para as atividades, monitorar equipes para estudos e análises.		
				11.3	Prever e ampliar os serviços funerários.	Adicionar áreas, o projeto de construção de novo Cemitério Municipal (ou ampliação do existente), fora da malha urbana, em local favorável para futuros contingências.		

Plano Diretor Participativo								
3. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL								
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRADO		
			Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
11	Deficit nas atividades, fiscalização e infraestrutura referente aos serviços funerários.	Degradação do meio ambiente e falta de capacidade física em atender a população Municipal.	Promover melhorias e a manutenção nos equipamentos de serviços funerários municipais e ampliar a capacidade de infraestrutura referente aos serviços funerários.	11	Criação do projeto de lei para o funcionamento de atividades e serviços dos cemitérios públicos.	Elaborar projeto de lei, com base nas exigências de legislação estadual pertinente, e com os critérios condicionantes técnicos e institucionais relativos aos processos de construção, instalação, funcionamento de atividades e serviços destinados a equipamentos e outros procedimentos dos cemitérios públicos.		

Plano Diretor Participativo								
4. ORDENAMENTO TERRITORIAL								
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRADO		
			Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
1	Inexistência de legislação para a regularização fundiária, identificação de áreas urbanas e falta de áreas definidas para determinados usos.	Aumento de imóveis irregulares e de zonas urbanas. Crescimento desordenado e sem planejamento territorial do Município.	Identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidas e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização.	1.1	Clair/ atualizar o Microzoneamento Municipal quando houver revisão do POP.	Institucionalização do Plano.		
				1.2	Clair/ atualizar o Microzoneamento Urbano de Sede Municipal como subsídio para o zoneamento urbano quando houver revisão do POP.			
				1.3	Manter áreas públicas de interesse para o Município para a implantação de estabelecimentos de uso comunitário.			
				1.4	Manter áreas privadas de interesse para o Município para a aquisição e implantação de estabelecimentos de uso comunitário, como meio de auxiliar a aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial do POP (PTU Progressivo no Tempo, Direito de Preempção, entre outros).			

Plano Diretor Participativo								
4. ORDENAMENTO TERRITORIAL								
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRADO		
			Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
1	Inexistência de legislação para a regularização fundiária, identificação de áreas urbanas e falta de áreas definidas para determinados usos.	Aumento de imóveis irregulares e de zonas urbanas. Crescimento desordenado e sem planejamento territorial do Município.	Identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidas e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização.	1.5	Regularizar as áreas irregulares ocupadas de acordo com a legislação municipal específica.	Legislar as leis urbanas que não possuem matrizes legais regulamentadas. Elaborar legislação Municipal para regularização dos imóveis e leis ocupadas de forma irregular. Firmar parceria com a Agência de Desenvolvimento Agrícola e Urbano Rural - ADUAR, para regularização das leis.		

Plano Diretor Participativo								
4. ORDENAMENTO TERRITORIAL								
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRADO		
			Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
1	Inexistência de legislação para a regularização fundiária, identificação de áreas urbanas e falta de áreas definidas para determinados usos.	Aumento de imóveis irregulares e de zonas urbanas. Crescimento desordenado e sem planejamento territorial do Município.	Identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidas e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização.	1.6	Clair e regularizar os instrumentos urbanísticos que possibilitem a devida ocupação e utilização das zonas urbanas.	Definir as zonas urbanas que se propõem à especialização imobiliária, mantendo aquelas que se enquadram como de interesse público. Clair e regularizar para uma base de ocupação ideal das atividades ativas de benefícios, diferenciando claramente o impacto predial do imposto territorial.		

Plano Diretor Participativo								
4. ORDENAMENTO TERRITORIAL								
Nº	ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRADO		
			Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
1	Inexistência de legislação para a regularização fundiária, identificação de áreas urbanas e falta de áreas definidas para determinados usos.	Aumento de imóveis irregulares e de zonas urbanas. Crescimento desordenado e sem planejamento territorial do Município.	Identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidas e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização.	1.7	Clair e regularizar as zonas para regularização das formas de uso e ocupação do território municipal, incluindo o parcelamento urbano, de acordo com a legislação municipal específica. Definir espaços com "ocupação comum".	Demarcar áreas para regularização de zonas de desenvolvimento industrial, comercial e agrícola. Clair e regularizar o plano de desenvolvimento industrial e urbano, com base na sede do Município e das microzonificações. Definir o plano de parcelamento do solo urbano e rural, segundo as conformidades necessárias.		



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Plano Diretor Participativo							
4. ORDENAMENTO TERRITORIAL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
		Diretrizes / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
Inexistência de legislação para a regulamentação fundiária. Identificação de áreas urbanas e não-urbanas definidas para serem medidas sociais.	Aumento de imóveis irregulares e de áreas urbanas. Crescimento desordenado e sem planejamento territorial do Município.	Identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, especialmente aquelas definidas e/ou iniciadas no processo de ocupação e urbanização.	1.2	Definir o Município em Regiões Interiores em conta as áreas de interesse ambiental e econômico, e buscar investimentos públicos destinados para esta fim. Demarcar as áreas mais importantes de preservação e dar um planejamento ambiental adequada.	Crear ZEE. Preservar as áreas ambientais mais importantes para o Município com qualidade de vida para os cidadãos.		
			1.3	Crear e delimitar as ZEEs de acordo com as condições físicas territoriais, as interesses econômicos e sociais do Município.	Regulamentar as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e elaborar legislações específicas para criação e delimitação das ZEIS.		
			1.10	Definir áreas urbanas gerando o cumprimento de função social da propriedade.	Realizar estudos que necessitem a ampliação do Plano Diretor e a criação de diretrizes para as áreas urbanizadas de Selvíria harmonizado com características do entorno como: rede, rede, rede, hidrologia, etc.		

Plano Diretor Participativo							
5. MOBILIDADE E TRANSPORTE							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
		Diretrizes / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
Não há uma política que contemple o Transporte (utilização de bicicletas, Tênis (seguro fiscal), Mobilidade (devido de ir e vir).	Confirma o crescimento do Município, pode se tornar difícil o deslocamento da população, seja a pé, de carro, com transporte público, bicicletas, etc. Não há compatibilização dos deslocamentos de pessoas e bens com os diferentes meios de transporte.	Instituir políticas públicas com estruturas para o gestão do Transporte, Tênis e Mobilidade controlado e planejado dentro os subter.	1.1	Crear estruturas de projetos e de gestão integrada.	Manter estruturas físicas e recursos humanos especializados na área de Transporte, Tênis e mobilidade para que o Município crie-se de forma estruturada sem "bater cabeça" na mobilidade e acessibilidade.		
			1.2	Investir e orientar as instalações de dentro e participarem da educação, formação de transporte, tênis e mobilidade.			
2	Não existe o Guarda Municipal com o objetivo de atender o Transporte, Tênis e Mobilidade.	Crear e Guarda Municipal de acordo com orientação de Polícia Militar e do DETRAN-MS com a função de fiscalizar e orientar o transporte e tênis e mobilidade.	Manter estruturas físicas e recursos humanos especializados para atender a função de orientação e fiscalização de mobilidade.	Manter estrutura física para o Guarda Municipal.	Formalizar parceria com a Polícia Militar e do DETRAN-MS para orientação e gestão do Guarda Municipal.		

Plano Diretor Participativo								
5. MOBILIDADE E TRANSPORTE								
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO			
		Diretrizes / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO		
3	Não há linha regular de transporte intermunicipal.	Instalar linhas regulares de transporte entre Municípios com potencial econômico de áreas rurais.	1.1	Abrir habitação para que empresas do setor implantem o serviço.	Crear linhas regulares de transporte para atendimento à demanda travada e física.			
4	A inexistência que aborde o sistema viário no Município traz apenas das entidades municipais (suas dimensões e áreas de domínio, classificação e limitações de uso).	Inexistência de um sistema de transporte viário, dificultando as funções de conexão e distribuição de bens e mercadorias dentro do Município.	Garantir a estruturação e manutenção do sistema viário municipal e das áreas urbanas.	4.1	Implementar o Sistema Viário Municipal Urbano definido no PDP transformando no Lei Complementar ao PDP.	Realizar estudos e projetos das vias públicas, para sua interconexão e implantação de: <ul style="list-style-type: none"> - Plataformas; - Redutores de velocidade; - Pictogramas de sinalização; - Canteiros de trânsito; - Canteiros para melhorar o uso do espaço de transporte alternativo e sustentável, incluindo o uso dentro das paradas de estruturas viárias; - Sinalização das vias; - Identificação e classificação das ruas e avenidas; - Priorizar paradas e estacionamento nas áreas urbanas. 		

Plano Diretor Participativo							
5. MOBILIDADE E TRANSPORTE							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
		Diretrizes / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
5	Crescimento de cidade não contemplando a acessibilidade urbana, prejudicando a mobilidade da população, colocando em risco sua segurança e bem estar.	Projetar a cidade priorizando a circulação e acessibilidade de pessoas.	5.1	Instituir projeto de lei específico para os logradouros públicos e espaços públicos.	Elaborar as condições de acessibilidade do pedestre definido geometricamente em medidas, padronização dos equipamentos urbanos nas calçadas.		
			5.2	Manter recursos para projetos e execução de acessibilidade de pedestres nas áreas urbanas.	Elaborar projeto técnico para a acessibilidade, com levantamento das ruas e pontos de trânsito, entradas e saídas de edificações com tecnologia e respeito ao ciclo de vida.	Realizar o planejamento que se encontram em más condições, a ser mantido sendo difícil a circulação dos pedestres.	

Plano Diretor Participativo							
5. MOBILIDADE E TRANSPORTE							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
		Diretrizes / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
6	Existem deficiências na sinalização viária do Município.	Manter segurança à mobilidade urbana e rural, crescimento do Município sem que haja deficiências na organização e desenvolvimento do trânsito para o bom desempenho do fluxo de veículos e pedestres.	Projetar e implantar sinalização viária, manutenção da sinalização existente e execução dos serviços, suportes, placas direcionadas pela ação do tempo.	6.1	Manter junto aos órgãos competentes, a criação de placas, faixas de travessia, semáforos físicos, instalação de sinais de trânsito, equipamentos e sistemas onde se faz necessário.		
				6.2	Identificar espaços urbanos apropriados visando a construção de rotas de trânsito e todo do Município.	Projetar junto às entidades afins, concurso para definir modelos que justifiquem o regionalismo e a identidade do Município.	

Plano Diretor Participativo							
6. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO		
		Diretrizes / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	
7	Sem a definição das Zonas Especiais de Interesse Social o Município não contempla uma área mais comprometida com a realização das interesses das camadas populares, dificultando a redução do déficit habitacional e o desenvolvimento socioeconômico da população.	Promover política adequada à habitação de interesse social.	7.1	Crear estruturas parciais com os programas Estaduais e Federais.			
			7.2	Convidar representantes de entidades de classe, como o CREIA (Conselho Regional de Engenharia e CREA) Conselho de Arquitetura e Urbanismo, para participar do Conselho.	Manter equipe específica ou formalizar parcerias com o Conselho Regional de Engenharia – CREIA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU para além dos casos de irregularidades técnicas nos imóveis habitacionais do Município.		
			7.3	Aplicar a Lei nº 11.888 (Lei Zonas) de Assistência Técnica que objetiva oferecer a orientação técnica de Engenharia Civil e Arquitetura Urbanas, para regularização, construção e melhorias de unidades habitacionais.			





AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Plano Diretor Participativo							
6. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEMORAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo		
		Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Longo Prazo
O déficit habitacional no Município é de 300 unidades segundo a Fundação João Pinheiro e o Censo Demográfico do IBGE (2010). Além das políticas públicas atuais, o Plano Diretor e o Plano Diretor Participativo da Zona Especial de Interesse Social.	Sem a definição das Zonas Especiais de Interesse Social o Município não conseguirá com a habitação de interesse social aos seus cidadãos, afetando o acesso do déficit habitacional e o desenvolvimento socioeconômico da população.	Promover política adequada à habitação de interesse social.	1.4	Aplicar a estratégia de expansão de habitação popular.	Com programas de reassentamento, habitação compartilhada, locação de casas populares, aluguel social e outras práticas de assentamentos.		
			1.5	Desenvolver programas habitacionais com possibilidade para o desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social e apoiar ações diretas para implantação de novas habitações e para a construção de unidades habitacionais de interesse social.	Realizar diagnósticos habitacionais com engajamento comunitário, envolvendo as Zonas Especiais de Interesse Social e regularização do solo e ocupação do solo.		

Plano Diretor Participativo							
6. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEMORAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo		
		Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Longo Prazo
O déficit habitacional no Município é de 300 unidades segundo a Fundação João Pinheiro e o Censo Demográfico do IBGE (2010). Além das políticas públicas atuais, o Plano Diretor e o Plano Diretor Participativo da Zona Especial de Interesse Social.	Sem a definição das Zonas Especiais de Interesse Social o Município não conseguirá com a habitação de interesse social aos seus cidadãos, afetando o acesso do déficit habitacional e o desenvolvimento socioeconômico da população.	Promover política adequada à habitação de interesse social.	1.6	Realizar estudos das famílias carentes que necessitam de moradia urbana.	Realizar o cadastro urbano das famílias carentes, a fim de priorizar, em ordem de prioridade, as ações necessárias para o estudo do déficit habitacional.		
			1.7	Gerar o déficit habitacional municipal (definido em Diretor TR) unidades.	Construir unidades habitacionais, melhorar as condições das unidades para gerar o déficit habitacional municipal.		
			1.8	Promover a regularização fundiária dos terrenos ocupados nos lotes de desapropriação de posse.	Regularizar as unidades habitacionais nos lotes de desapropriação de posse.		

Plano Diretor Participativo							
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SAÚDE							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEMORAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo		
		Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Longo Prazo
A Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade de Saúde de Família (USF) existentes oferecem serviços para atender a demanda do Município.	A falta de infraestrutura e de recursos humanos no Município podem comprometer a qualidade dos serviços de saúde oferecidos, afetando a saúde da população e a falta de assistência médica, odontológica, etc.	Proporcionar um sistema de saúde municipal completo com suas atividades essenciais, incluindo a atenção de saúde da população e a falta de assistência médica, odontológica, etc.	1.1	Proporcionar a adequação das estruturas físicas de saúde pública e promover a melhoria das condições de trabalho e de infraestrutura, promovendo um ambiente saudável e propício ao Município.	Realizar a ampliação física das unidades de saúde pública e promover a melhoria das condições de trabalho e de infraestrutura, promovendo um ambiente saudável e propício ao Município.		
			1.2	Proporcionar que os equipamentos públicos de saúde atendam às necessidades da população, com que os recursos humanos, materiais e tecnológicos estejam adequados.	Adquirir equipamentos e materiais permanentes para atender as necessidades da população.		
			1.3	Monitorar e acompanhar o funcionamento e a qualidade das unidades de saúde de saúde.	Constituir um sistema municipal de saúde, a ser gerenciado pelo Município, com recursos humanos, materiais e tecnológicos adequados.		

Plano Diretor Participativo							
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SAÚDE							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEMORAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo		
		Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Longo Prazo
Existem os profissionais de saúde e fonoaudiólogos no Município, porém, há escassez de recursos humanos, materiais e tecnológicos, afetando a saúde da população e a falta de assistência médica, odontológica, etc.	A falta de infraestrutura e de recursos humanos no Município podem comprometer a qualidade dos serviços de saúde oferecidos, afetando a saúde da população e a falta de assistência médica, odontológica, etc.	Proporcionar a população um sistema de saúde municipal completo, incluindo a atenção de saúde da população e a falta de assistência médica, odontológica, etc.	2.1	Proporcionar a capacitação dos profissionais de saúde de saúde.	Realizar programas de capacitação de recursos humanos, para a melhoria de serviços de saúde e a melhoria de serviços de saúde.		
			2.2	Promover a aquisição de equipamentos e materiais para a melhoria de serviços de saúde.	Realizar programas de aquisição de equipamentos e materiais para a melhoria de serviços de saúde.		
			2.3	Promover o atendimento de saúde especializada, conforme necessidade do Município.	Realizar a oferta de serviços de saúde especializados, conforme necessidade do Município.		

Plano Diretor Participativo							
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SAÚDE							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEMORAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo		
		Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Longo Prazo
A falta de um plano de atendimento e educação na área de saúde para a população.	O déficit de capacitação de atendimento e educação na área de saúde para a população.	Oferecer a oferta de serviços e equipamentos de saúde e de tecnologia de saúde, com especialidades específicas do Município. Proporcionar a população acesso de atendimento e educação em saúde.	1.1	Desenvolver projetos, programas e campanhas nos estabelecimentos de saúde em parceria com unidades locais, visando a melhoria da qualidade de saúde pública.	Realizar projetos para a população, visando a melhoria da qualidade de saúde pública, com especialidades específicas do Município, visando a melhoria da qualidade de saúde pública.		

Plano Diretor Participativo							
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEMORAL	CENÁRIO DESEJADO			PRazo		
		Diretrizes / Objetivos	Nº	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Longo Prazo
Falta de um plano de atendimento e educação na área de saúde para a população.	Existência de um plano de atendimento e educação na área de saúde para a população.	Promover e apoiar iniciativas e programas para melhoria de infraestrutura e para educação de nível médio de população.	1.1	Realizar a infraestrutura física e a melhoria da infraestrutura física e a melhoria da infraestrutura física.	Realizar programas de melhoria de infraestrutura física e a melhoria da infraestrutura física.		
			1.2	Proporcionar a população acesso ao Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA).	Realizar programas de melhoria de infraestrutura física e a melhoria da infraestrutura física.		





AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEÓRICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			IP	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Identificação de escolas em risco, inclusão de novas informações para falta de transporte escolar na área total.	Criação de unidades educacionais que possam atender as demandas de ensino, a fim de garantir a permanência do aluno na escola.	Educação e garantia permanência do aluno na escola.	2.1	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			2.2	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			2.3	Proposição de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			2.4	Implantar programas de inclusão de qualidade de ensino, com foco em infraestrutura, materiais didáticos e capacitação de docentes.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEÓRICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			IP	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Falta de infraestrutura de escolas, falta de transporte escolar na área total.	Aumento de vagas escolares de ensino fundamental e médio para atender a demanda da população.	Educação e melhoria da infraestrutura de escolas de ensino fundamental e médio.	3.1	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			3.2	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
Falta de infraestrutura de escolas, falta de transporte escolar na área total.	Aumento de vagas escolares de ensino fundamental e médio para atender a demanda da população.	Educação e melhoria da infraestrutura de escolas de ensino fundamental e médio.	4.1	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			4.2	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			4.3	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			4.4	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEÓRICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			IP	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Necessidade de melhoria dos serviços de educação básica.	Realização de unidades educacionais que possam atender as demandas de ensino, a fim de garantir a permanência do aluno na escola.	Educação e garantia permanência do aluno na escola.	5.1	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			5.2	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			5.3	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEÓRICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			IP	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Falta de infraestrutura de escolas, falta de transporte escolar na área total.	Aumento de vagas escolares de ensino fundamental e médio para atender a demanda da população.	Educação e melhoria da infraestrutura de escolas de ensino fundamental e médio.	6.1	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			6.2	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
Falta de infraestrutura de escolas, falta de transporte escolar na área total.	Aumento de vagas escolares de ensino fundamental e médio para atender a demanda da população.	Educação e melhoria da infraestrutura de escolas de ensino fundamental e médio.	7.1	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			7.2	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEÓRICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			IP	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Falta de infraestrutura de escolas, falta de transporte escolar na área total.	Aumento de vagas escolares de ensino fundamental e médio para atender a demanda da população.	Educação e melhoria da infraestrutura de escolas de ensino fundamental e médio.	8.1	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			8.2	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TEÓRICO	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO
			IP	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	
Falta de infraestrutura de escolas, falta de transporte escolar na área total.	Aumento de vagas escolares de ensino fundamental e médio para atender a demanda da população.	Educação e melhoria da infraestrutura de escolas de ensino fundamental e médio.	9.1	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano
			9.2	Realização de estudos de viabilidade escolar para garantir a permanência do aluno na escola.	Atuar em parceria com a Prefeitura Municipal, visando garantir a permanência do aluno na escola.	1 ano





Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO	
		Objetivos / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1. Transmissão de melhores condições que beneficiem a aprendizagem e o desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes.	Alcance de qualidade escolar de ensino médio para todos matriculados em escolas de ensino fundamental.	Apoiar o Projeto Pedagógico para os Estudos	1.2	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas, atividades de leitura local e regional (leitura, teatro, música, educação local – leitura, livro, teatro, cinema, música, dança, teatro, dança, esporte, artes), implementação de programas de leitura e de leitura em casa, com o apoio do Sistema de Bibliotecas Municipais. “Clube de Leitura” com o objetivo de promover a leitura, o acesso à informação, o acesso à cultura, o acesso à educação profissional. Atuação para o fortalecimento das escolas públicas e privadas para o desenvolvimento e respeito à diversidade cultural e étnica. Regulamentar o acesso à educação de crianças e adolescentes. 		

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDUCAÇÃO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO	
		Objetivos / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1.1. Não há oferta de ensino, para a educação fundamental, para a população em situação de vulnerabilidade.	Educação básica de qualidade para todos os alunos e professores da rede municipal de ensino.	Atuar em parceria com o Conselho Municipal de Educação e com o Conselho Municipal de Profissionais	1.1	<ul style="list-style-type: none"> Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. 		

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – ASSISTÊNCIA SOCIAL						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO	
		Objetivos / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1. Falta de atendimento adequado para a população em situação de vulnerabilidade.	Falta de atendimento adequado para a população em situação de vulnerabilidade.	Atuar em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social	1.1	<ul style="list-style-type: none"> Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. 		

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – ASSISTÊNCIA SOCIAL						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO	
		Objetivos / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1. Falta de atendimento adequado para a população em situação de vulnerabilidade.	Falta de atendimento adequado para a população em situação de vulnerabilidade.	Atuar em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social	1.2	<ul style="list-style-type: none"> Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. 		

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – ASSISTÊNCIA SOCIAL						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO	
		Objetivos / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1. Falta de atendimento adequado para a população em situação de vulnerabilidade.	Falta de atendimento adequado para a população em situação de vulnerabilidade.	Atuar em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social	1.1	<ul style="list-style-type: none"> Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. 		

Plano Diretor Participativo						
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEGURANÇA PÚBLICA						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO DESEJADO			PRAZO	
		Objetivos / Objetivos	Proposições / Estratégias	Instrumentos / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1. Falta de atendimento adequado para a população em situação de vulnerabilidade.	Falta de atendimento adequado para a população em situação de vulnerabilidade.	Atuar em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social	1.1	<ul style="list-style-type: none"> Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. Realizar projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica para os alunos em situação de vulnerabilidade. Desenvolver projetos de extensão e atividades de ensino de educação básica. 		



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Plano Diretor Participativo							
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEGURANÇA PÚBLICA							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO		PRazo		
			#	Proposição / Estratégia	Implementar / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1. Insuficiência de Segurança Pública Municipal	Aumento da criminalidade	Promover a integração de Segurança Pública com os municípios e estados	1.0	Proposta de melhoria das condições de trabalho dos policiais militares	Realizar cursos de capacitação, promover a integração com os municípios e estados, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos policiais militares, através do fornecimento de sistema de proteção para desarmar e neutralizar os criminosos.		
			1.1	Proposta de sistema de policiamento nos espaços públicos de abrangência municipal	Realizar curso de capacitação para melhorar o sistema de policiamento nos espaços públicos de abrangência municipal.		
			1.2	Proposta de aprimoramento do policiamento rural	Realizar curso de capacitação do Policiante rural para melhorar o sistema de policiamento rural.		
			1.3	Proposta de melhoria das condições de trabalho dos policiais militares	Realizar curso de capacitação para melhorar as condições de trabalho dos policiais militares, através do fornecimento de sistema de proteção para desarmar e neutralizar os criminosos.		
			1.4	Proposta de sistema de monitoramento eletrônico	Realizar curso de capacitação para melhorar o sistema de monitoramento eletrônico.		

Plano Diretor Participativo							
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – DEFESA CIVIL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO		PRazo		
			#	Proposição / Estratégia	Implementar / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1. Deficiência Defesa Civil no Município	Ineficiência na identificação, monitoração e solicitação de prevenção de possíveis desastres	Educação e Defesa Civil Local	1.1	Definição de áreas de risco	Realizar Plano Diretor de Defesa Civil Local		
			1.2	Realização de Defesa Civil no Município	Realizar ações educativas, capacitação de equipes, aquisição de equipamentos, realização de simulacros, realização de cursos de capacitação para equipes de Defesa Civil Local, realização de cursos de capacitação para equipes de Defesa Civil Local, realização de cursos de capacitação para equipes de Defesa Civil Local.		

Plano Diretor Participativo							
7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL – DEFESA CIVIL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO		PRazo		
			#	Proposição / Estratégia	Implementar / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
2. Insuficiência de medidas preventivas e recuperativas de Defesa Civil no Município	Aumento das áreas de risco de deslizamentos e inundações	Inclusão de áreas de risco de Defesa Civil, contemplando as medidas preventivas e recuperativas	2.1	Realização de estudos de risco de deslizamentos e inundações	Realizar estudos de risco de deslizamentos e inundações, com o objetivo de identificar as áreas de risco e implementar medidas preventivas e recuperativas.		
			2.2	Realização de estudos de risco de deslizamentos e inundações	Realizar estudos de risco de deslizamentos e inundações, com o objetivo de identificar as áreas de risco e implementar medidas preventivas e recuperativas.		

Plano Diretor Participativo							
8. FORTALECIMENTO CULTURAL LOCAL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO		PRazo		
			#	Proposição / Estratégia	Implementar / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
1. Falta de iniciativas locais para o desenvolvimento cultural	Falta de iniciativas locais para o desenvolvimento cultural	Promover o desenvolvimento cultural local	1.1	Realização de eventos culturais	Realizar eventos culturais, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural local.		
			1.2	Realização de eventos culturais	Realizar eventos culturais, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural local.		

Plano Diretor Participativo							
8. FORTALECIMENTO CULTURAL LOCAL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO		PRazo		
			#	Proposição / Estratégia	Implementar / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
2. Insuficiência de iniciativas locais para o desenvolvimento cultural	Insuficiência de iniciativas locais para o desenvolvimento cultural	Promover o desenvolvimento cultural local	2.1	Realização de eventos culturais	Realizar eventos culturais, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural local.		
			2.2	Realização de eventos culturais	Realizar eventos culturais, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural local.		

Plano Diretor Participativo							
8. FORTALECIMENTO CULTURAL LOCAL							
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TENDENCIAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DESEJADO		PRazo		
			#	Proposição / Estratégia	Implementar / Ação	Curto Prazo	Médio Prazo
3. Insuficiência de iniciativas locais para o desenvolvimento cultural	Insuficiência de iniciativas locais para o desenvolvimento cultural	Promover o desenvolvimento cultural local	3.1	Realização de eventos culturais	Realizar eventos culturais, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural local.		
			3.2	Realização de eventos culturais	Realizar eventos culturais, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural local.		



Plano Diretor Participativo						
8. FORTALECIMENTO CULTURAL LOCAL						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNICAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DIAGNÓSTICO		PRÓCIMO	
			#	Proposições / Estratégias	Indicadores / Ação	ALTO BAIXO
Necessidade de fortalecer as atividades culturais no Município.		Fortalecer e consolidar ações de esporte e lazer.	01	Implementar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	Realizar eventos, apoiar a criação de grupos e promover o acesso público aos espaços de lazer.	
			02	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	
			03	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	
			04	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	

Plano Diretor Participativo						
8. FORTALECIMENTO CULTURAL E TURISMO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNICAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DIAGNÓSTICO		PRÓCIMO	
			#	Proposições / Estratégias	Indicadores / Ação	ALTO BAIXO
Definição das instituições locais para o desenvolvimento do setor Cultural do Município.	Definição das instituições locais para o desenvolvimento do setor Cultural do Município.	Desenvolver e apoiar atividades culturais em espaços públicos e privados.	01	Definir e implementar o Plano Municipal de Cultura.	Apresentar o Plano Municipal de Cultura.	
			02	Definir e implementar o Plano Municipal de Cultura.	Apresentar o Plano Municipal de Cultura.	
Caráter de implementação participativa e descentralizada do setor Cultural do Município.	Políticas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	Políticas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	03	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	
			04	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	Realizar campanhas de incentivo ao esporte e lazer em espaços públicos e privados.	

Plano Diretor Participativo						
8. FORTALECIMENTO CULTURAL E TURISMO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNICAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DIAGNÓSTICO		PRÓCIMO	
			#	Proposições / Estratégias	Indicadores / Ação	ALTO BAIXO
Necessidade de fortalecer as atividades culturais no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	Promover e apoiar atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	01	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	
			02	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	

Plano Diretor Participativo						
8. FORTALECIMENTO CULTURAL E TURISMO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNICAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DIAGNÓSTICO		PRÓCIMO	
			#	Proposições / Estratégias	Indicadores / Ação	ALTO BAIXO
Definição da organização administrativa do setor Cultural do Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	Promover e apoiar atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	01	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	
			02	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	
			03	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	

Plano Diretor Participativo						
8. FORTALECIMENTO CULTURAL E TURISMO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNICAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DIAGNÓSTICO		PRÓCIMO	
			#	Proposições / Estratégias	Indicadores / Ação	ALTO BAIXO
Definição da organização administrativa do setor Cultural do Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	Promover e apoiar atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	01	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	
			02	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	
			03	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	

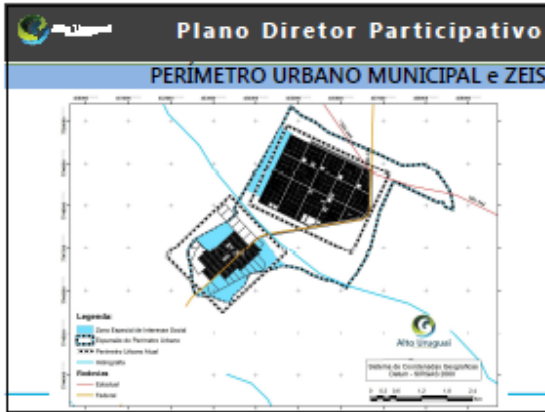
Plano Diretor Participativo						
8. FORTALECIMENTO CULTURAL E TURISMO						
ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS	CENÁRIO TECNICAL	Diretrizes / Objetivos	CENÁRIO DIAGNÓSTICO		PRÓCIMO	
			#	Proposições / Estratégias	Indicadores / Ação	ALTO BAIXO
Necessidade de fortalecer as atividades culturais no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	Promover e apoiar atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	01	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	
			02	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	
			03	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	
			04	Realizar e promover eventos culturais e esportivos no Município.	Monitorar as atividades culturais, esportivas e de lazer no Município.	



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO






AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Anexo 3 – Lista de Presença da Apresentação do Plano Base



Conselho Audiência Pública dia 08-12-2014

Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
Presidente: Maria Aparecida de Souza	Rotary Solarium	3122 3146	
Presidente: José Alves Fermino Neto	Rotary Club de Selvíria	813341 46	
Presidente: Dimas Dias	ACIAS	21699200	
Padre Edilson	Paróquia São João Batista	3579 1174	
Julio Fetsuo Moriya	Agencia	3579 3222	
Vâni Aparecida de Souza	Cartório	3579 2564	
Rodrigo Zambom Viola	Agencia Banco Bradesco	3579 2943	
Zilvanio Teodoro de Souza	Agencia Banco do Brasil	8174-0343	
Valmiro Alves Fermino	Melhor Idade	81318152	
Sargento Ozias Borges	Polícia Militar	4117 2141	
Dr. Fernando Furtado Mendonça Casati	Polícia Civil	3579 3160	
Adilson Silva Bahia	Sanesul	35751107	
Washington Luiz dos Santos	Sindicato dos Trabalhadores	813791494	
Diretor Luiz	Escola Joaquim Camargo	3579 1427	
Diretor Roberto Leme do Prado	Escola Nelson Duarte	3579 1144	
Diretora Célia Molina Arede	Escola Ana Maria de Souza	3579 2033	
Neide Timóteo Marinho	Lar Paulo de Tarso		
Oswaldo Raimundo dos Reis	Agência de Transito		
Claudio Alberto da Costa	Representante dos Pastores		



Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
Coordenadora Juliana Amador	Conselho Tutelar	3579-16-15	
Coordenadora Aline Carla	Ser Mais I	35752015	
Coordenadora Elizabete Cavalcante	Ser Mais II	81933209	
Coordenadora Gisele Ribeiro	CREAS	3579 2015	
Coordenadora Doralice Bahia	CRAS	3579 2015	
Dilmácia Alves Batista Passarin	Sec.Mun. Educação	35791469/81379110	
Amilton Fernandes Alves	Sec.Mun. Finanças	67 8136-8418	
Jayme de Brito	Sec.Mun. Industria e Comercio	3579-2101	
João Batista dos Reis	Coordenador de secretarias	8148 8815	
Sergio Bezerra Leite	Sec.Mun. Trabalho		
José Eduardo Alves	Sec.Mun.Obras	3579 1482	
Alana Pereira Diogo da Silva	Sec.Mun. Jurídico	63-8138-5452	
Juliano Alexandrino do Santos	Sec.Mun. Saúde	8131314977	
Hercules Flavio Barbosa dos Santos	Sec.Mun. Esporte	3579 2015	
Alessandro Batista leite	Sec.Mun. Agricultura	81388831	
Marcel Soares Ferreira	Sec.Mun. Administração	MARCEL 81967372	
Raimundo Pinheiro Bastos Filho	Sec.Mun. Cultura	81152623	
Maria Gloria Gomes Cruz Rocha	Sec.Mun. Assistência Social	3575 2015	
Oilso Rio Criado	Coordenador Administração		
Wilson Vargas Rodrigues	Coordenador Controle Interno	3579-1487	



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
Presidente da Câmara (Extensivo aos vereadores)	Orgão: Câmara Municipal	3529.17.30	
Jose Maria Rocha	Procuradoria Jurídica		
Adelson Alberto dos Santos	Diretor de Indústria e Comércio	8162.2696	
Valtineez Barbosa Santiago	Superintendente FUMMTUR	8167.4814/14/3550	
Tânia Fukao	Assessora de Comunicação		
Pedro Paixão	Departamento de Obras	81485827	
Chefe de gabinete	Néio dos Santos Figueiredo	81458748	
Diretora Jaqueline Barbosa Mello	CEI	81434522-35791769	



Lista de Presença Audiência Pública dia 08-12-2014

Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
Jose Maria Rocha	Sen. Maria I Z	67 81552550	
Adelson S. Bahia	Câmara	67 81345160	
ASSC DIVINA NIVES FERREIRA	SARACÁ	671 81328989	
Paulo N. Bastos	CÂMARA	67 31195219	
Opereida de Fatima	Câmara	67 81614521	
Jose Dirceu P. I.	Câmara	67181427566	
Denise C. Brito	Polícia Civil	67 3391166	
Adilson Paizans	Câmara	67.81556322	
Palmeira C. R. Amós	Câmara	111 7 1 1	
Antônio Alves Loureiro	Sinpro II	81933769	
Alana P. Dias de Silve	Procur. Gen. Juizaria	81383452	
Aparecida F. Oliveira	SEMED	931892560	
SILVIA NIVES FERMINO	SEMED	67)35791469	
Elio Alves Loureiro	Câmara		



AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Lista de Presença Audiência Pública dia 08-12-2014

Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
Raimundo P. B. Filho	Prof. Sec. cultura	8415 2623	[Assinatura]
José Maria Bonfatti	CEI Selvíria	81434522	[Assinatura]
Claudio Alberto Costa (Rita)	Pr. das Azeitunas de Deus	81764632	[Assinatura]
Washington Junior Santos	Associação Star	81397494	[Assinatura]
Adelson A. Santos	Sec. ind. com.	8162 2696	[Assinatura]
M. F. MARTINS	SEC. MEIO AMBIENTE	81149550	[Assinatura]
Dani Peres de Lima	Prof. Sec. Educ. Mat. Inf.	3579 1144	[Assinatura]
Estevão F. Guimarães	Col. Tur.	3579 1319	[Assinatura]
Marcos Vinícius de Jesus	Sec. municipal de saneamento	3579 1330	[Assinatura]
JORGE A. BULHAGES	E. M. S.	3579 1650	[Assinatura]
Wilson Alves de Lima	Prof. com.	67-81 29 2999	[Assinatura]
Luiz C. Marinho	Assoc. de Idosos		[Assinatura]
Leandro de Moraes Neto	Invade	18 996529024	[Assinatura]
Martha Cleonice de Moraes	Indústria	67 81 334146	[Assinatura]
[Assinatura]	Comunidade municipal	16128152807	[Assinatura]
[Assinatura]	Associação Amigos de Selvíria		[Assinatura]
[Assinatura]	Associação Selvíria	67181365661	[Assinatura]



Anexo 4 – Fotos da Apresentação do Plano Base





AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Anexo 5 – Ata da Apresentação do Plano Base



1 ATA 2014 – OFICINA DE APRESENTAÇÃO DA 3ª ETAPA – PLANO BASE DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO – PDP DE SELVÍRIA.

3

4 Às nove horas e zero minuto do dia oito do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, tendo
5 como local o a Câmara Municipal de Vereadores, Rua Rui Barbosa, 1120, município de Selvíria,
6 Estado de Mato Grosso do Sul, reuniram-se os integrantes da equipe técnica da empresa ALTO
7 URUGUAI – SOLUÇÕES AMBIENTAIS, responsável pela elaboração do Plano Diretor Participativo
8 – PDP de Selvíria, juntamente com os membros da Coordenação Municipal do PDP e comunidade em
9 geral para a realização da oficina de apresentação da 3ª ETAPA – Plano Base do PDP, conforme dispõe
10 o Termo de Referência e lista de presença. O Sr. Gilson A. Souza. – Coordenador da Comissão de
11 Acompanhamento Municipal do PDP saudou a todos os presentes, convidou o Sr. Robson Ricardo
12 Resende para secretariar a reunião. Sem mais para o momento, o Sr. Gilson A. Souza declarou aberta
13 a oficina e convidou o Sr. Robson Ricardo Resende – Engenheiro Sanitarista e Ambiental da empresa
14 ALTO URUGUAI – SOLUÇÕES AMBIENTAIS para a condução dos trabalhos. **Ordem do dia: 1)**
15 **Apresentação das diretrizes e proposições do Plano Base.** Inicialmente o Sr. Robson Ricardo
16 Resende explanou sobre os principais objetivos que o PDP busca atender, os riscos de não planejar, as
17 etapas do planejamento, o embasamento legal do plano e os eixos envolvidos no processo de
18 elaboração do mesmo. Feito isso, iniciou a apresentação das diretrizes e proposições do Plano Base. A
19 metodologia de apresentação se deu através de tabelas com alguns eixos, são eles: Aspectos relevantes
20 identificados; Cenário desejado, contendo: diretrizes/objetivos e instrumentos/ação; e por fim o prazo
21 que cada municipalidade terá para executar as ações propostas. Todas as estratégias para chegar às
22 ações desejadas foram direcionadas para cada aspecto ou setor trabalhado no Plano Diretor
23 Participativo, são eles: Desenvolvimento econômico; Sustentabilidade Ambiental; Infraestrutura e
24 saneamento ambiental; Ordenamento territorial; Mobilidade e transporte; Habitação de interesse
25 social; Desenvolvimento social – Saúde; Educação; Assistência Social; Segurança Pública; Defesa
26 Civil; Fortalecimento da Cultura e Turismo; e Gestão democrática. Com o intuito de apresentar de
27 forma clara as informações que compõem o corpo do Plano Base, o Sr. Róbson Ricardo Resende
28 passou por cada tabela apresentada detalhando os assuntos abordados. Por fim, ficou combinado que,
29 caso existisse mais algumas informações a serem inseridas no produto, as mesmas deverão serem
30 entregues para a Coordenação Municipal do PDP, para, posteriormente, estarem contempladas no
31 PDP. Sem mais para o momento, o Sr. Robson Resende partiu para o segundo momento da Oficina.
32 **2) Apresentação da proposta do novo perímetro urbano e da Zona Especial de Interesse Social.**
33 Após a apresentação das tabelas do Plano Base, o Sr. Robson Ricardo Resende explanou sobre os
34 resultados alcançados na reunião sobre o Zoneamento e Macrozoneamento realizada na sede da
35 empresa com cada município individualmente. Dentro das diretrizes e propostas apresentadas, cada
36 município pôde observar e concretizar suas propostas. Como não aconteceu nenhuma manifestação
37 neste sentido, considerou-se o exposto como aprovado e validado pelos presentes. Nada mais havendo
38 a tratar e esgotada a pauta, o Coordenador da Comissão de Acompanhamento Municipal do PDP, o Sr.
39 Gilson A. Souza agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, eu
40 _____ Robson Ricardo Resende, lavrei a presente ata, que após lida e
41 aprovada, foi assinada por mim, Secretário.

42

43

44

45

46

RÓBSON RICARDO RESENDE
ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL / SECRETÁRIO





AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR
DE MATO GROSSO DO SUL

Município de Selvíria
Plano Diretor Participativo
Etapa III – Plano Base

SEHAB
SECRETARIA DE ESTADO
DE HABITAÇÃO



Elaboração do Plano Diretor Participativo de Selvíria/MS
Etapa III – Plano Base

Robson Ricardo Resende

Empresa Alto Uruguai Soluções Ambientais
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA SC 099639-2
Coordenador Geral

Osmani Vicente Jr.

Empresa Alto Uruguai Soluções Ambientais
Arquiteto e Urbanista - Especialista em Gestão Ambiental em Municípios
CAU A23196-7
Coordenador Técnico do PDP

Campo Grande, ____ de _____ de 2015.